

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA  
MESTRADO ACADÊMICO EM ECONOMIA RURAL

DIEGO RODRIGUES HOLANDA

DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: O CASO DO PROGRAMA DE  
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA VALES DO  
CURU E ARACATIAÇU - CE

FORTALEZA

2012

DIEGO RODRIGUES HOLANDA

DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: O CASO DO PROGRAMA DE  
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA VALES DO  
CURU E ARACATIAÇU - CE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Rural, do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia Rural. Área de Concentração: Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Irles de Oliveira Mayorga.

Co-orientador: Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> José de Jesus Sousa Lemos.

FORTALEZA

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca de Pós Graduação em Economia - CAEN

- 
- H669d      Holanda, Diego Rodrigues  
Desenvolvimento rural sustentável: o caso do programa de aquisição de alimentos (PAA) no território da cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu-Ce / Diego Rodrigues Holanda. – 2012.  
104.f. il. color., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós Graduação em Economia Rural, Centro de Ciências Agrárias, Fortaleza, 2012.  
Orientação: Professora Doutora: Maria Irlles de Oliveira Mayorga
- 1.Desenvolvimento Rural Sustentável 2. Programa de Aquisição de Alimentos I. Título.

---

CDD 338.43

---

DIEGO RODRIGUES HOLANDA

DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: O CASO DO PROGRAMA DE  
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA VALES DO  
CURU E ARACATIAÇU - CE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Rural, do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia Rural. Área de concentração: Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Aprovada em: 12/06/2012

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Irlles de Oliveira Mayorga (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. José de Jesus Sousa Lemos (Co-orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Kilmer Coelho Campos  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Ruben Dario Mayorga Mera  
Membro Externo à Banca

Aos meus pais, Antônio Holanda e Margarida.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais, Antônio Holanda e Margarida, pelo incentivo nos estudos e por todo o apoio incondicional para a concretização dessa etapa na minha vida. A minha namorada Karla Braga por toda a compreensão e por acreditar sempre em mim.

Aos professores e funcionários do Mestrado Acadêmico em Economia Rural e do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará, em especial o João, a Dermivan, a Monica e o Ricardo. Aos meus colegas do mestrado, em especial, Adson, Ana Cristina, Daniel, Patrícia e Pedro.

A toda a equipe do PAA, a Elioneide, Jesuíno e Monica, em especial, ao Felipe Alves por toda a ajuda, as informações e toda a logística da pesquisa de campo. Agradeço também as valiosas contribuições do José do Egito.

Aos meus colegas que me ajudaram nas oficinas Soraia Madeira, Ramonn e a Juliana Jales. A todos os participantes dos trabalhos em General Sampaio, Itapajé e Paraipaba, aos agricultores familiares e todos os representantes e atores envolvidos no programa. Ao David, a Marília e a Dora por suas contribuições.

A minha orientadora Irlés pelos ensinamentos e dedicação na orientação desse trabalho. A ela minha gratidão e respeito. Aos professores da banca examinadora, José Jesus de Sousa Lemos, Ruben Dario Mayorga Mera e Kilmer Coelho Campos, pelas suas correções e sugestões que ajudaram a melhorar a presente dissertação.

A FUNCAP e a Universidade Federal do Ceará pela oportunidade de dedicar-me à atividade científica contribuindo fortemente para a minha vida profissional.

“Na prática nós somos os técnicos”

(Danilo Costa Cipriano - Agricultor Familiar  
do município de São Luís do Curu participante  
do PAA)

## RESUMO

A criação do Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiçu - CE como uma das ferramentas do desenvolvimento rural sustentável mediante o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) surge como assunto de pesquisa da maior relevância ao permitir verificar os resultados obtidos ao longo dos últimos anos, tanto em termos de acesso a alimentação em quantidade, qualidade e regularidade adequados, como em termos de medir os estoques estratégicos necessários para atender a população do Território da Cidadania objeto da presente pesquisa. O objetivo geral do trabalho é analisar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma das ferramentas do desenvolvimento rural sustentável dentro do Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiçu. Para a realização dos objetivos deste estudo foram utilizados tanto dados primários obtidos através das oficinas e entrevistas realizadas com os atores envolvidos, como de dados secundários que foram coletados através de fontes estatísticas do governo estadual (IPECE), do IBGE e da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) com relação aos dados do PAA. Constatou-se que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) pode ser apresentado como uma ferramenta de desenvolvimento rural sustentável para os municípios isoladamente. Para o território, não pode ser apresentado devido a falta de interação entre os municípios. Apesar da contribuição do PAA para os agricultores familiares e da articulação conseguida entre produção e consumo além da conquista de mercado a melhores preços, o programa acusa fragilidades que precisam ser superadas. O conhecimento exaustivo de tais fragilidades pode ser um instrumental na busca de uma melhoria no desempenho do PAA.

**Palavras - chave:** Desenvolvimento Rural Sustentável. Programa de Aquisição de Alimentos. Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiçu - CE.

## ABSTRACT

The creation of the Territory of Citizenship of Valleys Curu and Aracatiaçu – CE as way to the sustainable rural development, through the Food Purchase Program (PAA) appears as the subject of research of great importance, for verifying the results obtained over the last years in terms of access to food in quantity, quality and regularity appropriate, and also in terms of measuring the strategic stocks needed to serve the population of the Territory of Citizenship object of this research. The aim of this work is to analyze the Food Purchase Program (PAA) as way a of sustainable rural development within the Territory of Citizenship in Curu and Aracatiaçu's Valleys. To achieve the objectives of this study were used both primary data obtained through interviews and workshops with the individuals involved, and secondary data that were collected by the state government statistical sources (IPECE), IBGE and Ministry of Agrarian Development (SDA) with respect to data from the PAA. It was found that the Food Purchase Program (PAA) can be presented as a way for sustainable rural development for the municipalities themselves. For the territory, can not be presented due to lack of interaction between the municipalities. Although the contribution of the PAA for family farmers and coordination achieved between production and consumption beyond the attainment of the best market prices, the program complains that some weakness must be overcome. The exhaustive knowledge of such weakness can be instrumental in seeking and improvement in performance of the PAA.

**Keywords:** Sustainable Rural Development. Food Purchase Program. Territory of Citizenship and Curu and Aracatiaçu's Valleys.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Diferença entre a Perspectiva Convencional e a Perspectiva Alternativa para o Desenvolvimento .....	26
Quadro 2	Aspectos relacionados com a visão dos agricultores na oficina realizada em General Sampaio.....	51
Quadro 3	Aspectos relacionados com a visão das entidades na oficina realizada em General Sampaio .....	53
Quadro 4	Aspectos relacionados com a visão da assistência técnica na oficina realizada em General Sampaio .....	54
Quadro 5	Aspectos relacionados com a visão da relação das esferas na oficina realizada em General Sampaio .....	55
Quadro 6	Aspectos relacionados com a visão do território na oficina realizada em General Sampaio .....	55
Quadro 7	Aspectos relacionados com a visão dos agricultores na oficina realizada em Itapajé .....	57
Quadro 8	Aspectos relacionados com a visão das entidades na oficina realizada em Itapajé .....	58
Quadro 9	Aspectos relacionados com a visão da assistência técnica na oficina realizada em Itapajé .....	59
Quadro 10	Aspectos relacionados com a relação das esferas na oficina realizada em Itapajé	60
Quadro 11	Aspectos relacionados com a visão do território na oficina realizada em Itapajé .	60
Quadro 12	Aspectos relacionados com a visão dos agricultores na oficina realizada em Paraipaba.....	61
Quadro 13	Aspectos relacionados com a visão das entidades na oficina realizada em Paraipaba.....	63
Quadro 14	Aspectos relacionados com a visão da assistência técnica na oficina realizada em Paraipaba.....	64
Quadro 15	Aspectos relacionados com a relação das esferas na oficina realizada em Paraipaba.....	65
Quadro 16	Aspectos relacionados com a visão do território na oficina realizada em Paraipaba .....	65
Quadro 17	Representação dos Pontos Positivos Apontados pelos Agricultores .....	67
Quadro 18	Representação dos Pontos Negativos Apontados pelos Agricultores.....	69

Quadro 19	Representação dos Pontos Positivos Apontados pelas Entidades.....	69
Quadro 20	Representação dos Pontos Negativos Apontados pelas Entidades .....	71
Quadro 21	Representação dos Pontos Positivos Apontados pela Assistência Técnica .....	72
Quadro 22	Representação dos Pontos Negativos Apontados pela Assistência Técnica .....	73
Quadro 23	Representação dos Pontos Negativos Apontados na Relação das Esferas .....	74
Quadro 24	Representação dos Pontos Negativos Apontados no Território .....	75

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	População Total dos Municípios que Compõem o Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiçu e sua Taxa de Crescimento Geométrica Anual (2000, 2005 e 2010).....	36
Tabela 2	População Total do Ceará, Fortaleza e do Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiçu e sua Taxa de Crescimento Geométrica Anual (2000, 2005 e 2010)..	36
Tabela 3	Participantes da Oficina Realizada em General Sampaio (CE) (2011) .....	42
Tabela 4	Participantes da Oficina Realizada em Itapajé (CE) 2011.....	44
Tabela 5	Participantes da Oficina Realizada em Paraipaba (CE) 2011.....	45
Tabela 6	Quantidade e Participação de entidades Beneficiadas por Município em 2010....	46
Tabela 7	Quantidade e Participação do Sexo dos Beneficiados do Programa por Município em 2010 .....	47
Tabela 8	Faixa Etária dos Beneficiários do Programa (2010).....	48
Tabela 9	Número de Agricultores no Programa (2010-2011).....	49

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Fluxograma do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).....	32
Figura 2	Localização da Área Geográfica de Estudo – Estado do Ceará, Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu .....	35
Figura 3	Evolução da Participação da População de Fortaleza e Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu com Relação ao Ceará (2000, 2005 e 2010) .....	37
Figura 4	Local da Oficina de General Sampaio .....	43
Figura 5	Participantes da Oficina de General Sampaio.....	43
Figura 6	Local da Oficina de Itapajé .....	44
Figura 7	Participantes da Oficina de General Sampaio.....	44
Figura 8	Local da Oficina de Paraipaba .....	45
Figura 9	Participantes da Oficina de Paraipaba.....	45
Figura 10	Mandala no Município de General Sampaio .....	52
Figura 11	Propriedade de um Agricultor Familiar em General Sampaio.....	52
Figura 12	Pequena Granja de Agricultores Familiares em General Sampaio .....	52
Figura 13	Plantação de Mamão em General Sampaio .....	52
Figura 14	Pontos de Discussão em Paraipaba .....	62
Figura 15	Refeitório do CRAS em Paraipaba .....	63

## LISTA DE SIGLAS

CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
CDLAF	Compra Direta Local da Agricultura Familiar
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EMATERCE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNCAP	Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
IPCL	Incentivo à Produção e Consumo de Leite
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNB	Produto Nacional Bruto
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
SDA	Secretaria do Desenvolvimento Agrário
SDEA	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agropecuário
SEDERMA	Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
UFC	Universidade Federal do Ceará

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	16
1.1	O Problema e a sua importância.....	17
1.2	Hipóteses .....	19
1.3	Objetivos .....	19
2.	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	21
2.1	O estado da arte do desenvolvimento.....	21
2.1.1	Crescimento econômico x desenvolvimento econômico .....	21
2.1.2	Desenvolvimento rural e desenvolvimento sustentável .....	24
2.1.3	Desenvolvimento territorial.....	27
2.2	O Programa de Aquisição de alimentos (PAA).....	29
2.3	O Programa Territórios da Cidadania .....	32
3.	MATERIAL E MÉTODOS.....	34
3.1	Área geográfica de estudo .....	34
3.1.1	Justificativa da área geográfica de estudo .....	37
3.2	Área científica de estudo .....	37
3.3	Métodos de análise .....	38
3.3.1	Método Indutivo .....	38
3.3.2	Método Monográfico ou Estudo de Caso.....	38
3.4	Fontes de dados .....	39
3.5	Técnicas de pesquisa .....	39
3.6	Pesquisa Participativa.....	40
3.6.1	Etapas da Pesquisa Participativa .....	41
3.6.1.1	Treinamento das Oficinas.....	41
3.6.1.2	Oficina realizada em General Sampaio .....	41
3.6.1.3	Oficina realizada em Itapajé.....	43
3.6.1.4	Oficina realizada em Paraipaba .....	44
4.	RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	46
4.1	O Programa de Aquisição de Alimentos dentro do Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu .....	46
4.2	Oficina realizada em General Sampaio .....	49
4.3	Oficina realizada em Itapajé.....	55
4.4	Oficina realizada em Paraipaba .....	60

4.5	Resultado final obtido do conjunto da pesquisa.....	65
5	CONCLUSÕES E SUGESTÕES.....	76
6.	REFERÊNCIAS .....	79
	ANEXOS	

## 1 INTRODUÇÃO

As políticas de desenvolvimento econômico adotadas nos países subdesenvolvidos, nas últimas décadas, não têm produzido os frutos que esperavam os governantes, comparativamente com os esforços e investimentos realizados (LEITE, 1983).

Em 2008, o governo brasileiro adotou políticas para combater e erradicar as desigualdades regionais através da diminuição da pobreza e do fortalecimento do homem no campo. Uma dessas políticas adotadas foram os Territórios da Cidadania. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (2010), foram criados 120 territórios, abrangendo uma área ocupada por 26% da população brasileira e 46% da população rural.

A idéia de território surgiu no início da colonização brasileira com o surgimento das 14 capitanias hereditárias. Já no mundo contemporâneo, com a mudança de paradigmas os modelos de divisão territorial se tornaram ultrapassados. Os territórios não são apenas uma base física geográfica, eles possuem vida, têm relações com as raízes históricas, políticas, econômicas e culturais de um povo.

Segundo as referências do desenvolvimento territorial sustentável do MDA, a ciência econômica conhece bem os aspectos temporais e setoriais da arte, mas a questão territorial ou espacial só recentemente vem sendo alvo de suas preocupações.

A abordagem territorial no Ceará diz respeito à ideia de gestão coletiva de uma área estudada onde se constrói a identidade de um povo, de grupo social inserido no espaço. Essas concepções são base do desenvolvimento de uma localidade. As experiências adquiridas com o desenvolvimento territorial caracterizam-se pelo aumento do capital social através do círculo de relações nos diversos segmentos.

Dentro do Programa Territórios da Cidadania são desenvolvidas diversas ações. Em 2010, foram 65 ações com atuação de 12 ministérios dentro do Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu. Uma dessas ações é que se pretende estudar, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003 e com o objetivo de garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. (ANEXO A)

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), um dos mais importantes desafios, dentre os que se apresentam ao Brasil atualmente, é o de dotar o País de um novo paradigma para o desenvolvimento centrado na inclusão e na justiça social, no crescimento com equidade, na reativação das economias locais e na gestão sustentável dos recursos naturais.

Dada a importância do estudo do Programa dos Territórios da Cidadania como forma de desenvolvimento local e o Programa de Aquisição de Alimentos como uma ação de desenvolvimento, o presente trabalho visa compreender essa relação dos programas e como a população e os tomadores de decisão se relacionam dentro do Território que será estudado.

A criação do Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu como uma das ferramentas do desenvolvimento rural sustentável mediante o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para a população em situação de insegurança alimentar, surge como assunto de pesquisa da maior relevância ao permitir verificar os resultados obtidos ao longo dos últimos anos, tanto em termos de acesso a alimentação em quantidade, qualidade e regularidade adequados, como em termos de medir os estoques estratégicos necessários para atender a população do Território da Cidadania.

### **1.1 O problema e a sua importância**

Ao longo da História do Brasil, poucas políticas foram adotadas para a promoção e o fortalecimento do desenvolvimento rural brasileiro. As políticas públicas brasileiras foram voltadas para o desenvolvimento do litoral em detrimento do desenvolvimento no interior do país. Nos últimos anos, o governo adotou medidas para diminuir essa disparidade e melhorar a vida dos habitantes que vivem no interior através de programas como: Territórios da Cidadania e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

A presença cada vez mais ativa da sociedade civil nas questões de interesse social torna as políticas públicas um campo onde se cruzam interesses conflitantes e onde o limite é de difícil demarcação. De acordo com Teixeira (2002, p. 02), “daí a necessidade do debate público, da transparência, da sua elaboração em espaços públicos e não nos gabinetes governamentais”. Os instrumentos de políticas públicas tendem a responder a demandas de pessoas com vulnerabilidade, ampliar e efetivar direitos de cidadania. Sendo útil trabalhar essas políticas no combate à desigualdade regional e a pobreza no campo.

No contexto da importância das políticas públicas para a diminuição da pobreza rural, cabe observar a diferença entre o urbano e o rural, essa separação entre eles ocasionou a disparidade existente atualmente. Até meados da década de 1940, o Brasil foi predominantemente agrícola, ou seja, sua principal pauta exportadora foi de produtos agrícolas. A partir da década de 1950, ocorreu um processo de substituição de importações e um crescimento industrial no país. É nesse momento, que o espaço urbano e o rural começa a apresentar diferenças.

Na década de 1960, ocorreu a modernização da agricultura e um aumento na produtividade. Com isso, ficou desnecessária a grande quantidade de mão-de-obra na agricultura. Com o passar dos anos, as melhores terras ficaram com os grandes proprietários que utilizam para o agronegócio, e a população local, o agricultor familiar ficou a mercê do governo e enfrentando várias dificuldades.

A incidência da pobreza rural está se mantendo constante há três décadas e, atualmente, há mais indigentes rurais hoje do que existiam há 20 anos em todo o mundo. Não se pode discutir a efetividade das políticas de desenvolvimento rural impulsionadas nos últimos anos (SCHEJTMAN, BERDEGUÉ, 2004, p. 03). O Desenvolvimento Territorial Rural é um processo de transformação produtiva e institucional em um espaço rural determinado, cujo fim é reduzir a pobreza rural.

Quando se observam os valores médios do PIB *per capita* do Brasil, do Estado do Ceará e do Território estudado, nota-se a disparidade econômica entre regiões. Segundo dados do IBGE (2010), no Brasil o PIB *per capita* alcançou, aproximadamente, R\$ 16.000,00 enquanto o Ceará atingiu R\$ 7.111,85 e o território estudado R\$ 3.724,02.

Criado em 2003, junto com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), o Programa Fome Zero assumiu a implantação de uma política nacional de segurança alimentar e nutricional (CORREA, 2008). Esse programa foi uma das medidas para reduzir as desigualdades entre regiões através do combate à fome.

Segundo Correa (2008, p. 13), o Programa de aquisição de Alimentos (PAA) foi concebido no conjunto das políticas públicas do Programa Fome Zero. A criação do programa de aquisição de alimentos (PAA) que é uma das ações do programa Fome Zero ganhou uma nova roupagem em 2011. Esse programa foi incorporado ao Programa do Governo Federal, Brasil sem Miséria.

No ano de 2008, este mesmo governo criou o programa Territórios da Cidadania que tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Uma dessas ações é o programa de aquisição de alimentos (PAA).

O Ceará é dividido em 8 territórios rurais e 6 da cidadania. O território que será estudado é o Vales do Curu e Aracatiaçu e a ação do PAA nesse território. (ANEXOS C e D)

O programa Territórios da Cidadania na busca de alcançar o desenvolvimento econômico mediante programas de cidadania utiliza ferramentas de desenvolvimento territorial sustentável como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA),

programa que por sua importância social e econômica justifica a realização de estudos para verificar que tem tido o alcance dos objetivos do PAA.

Espera-se o desenvolvimento dos territórios a partir de ações que visem a ocasionar um maior sinergismo com os municípios que o compõem.

Os objetivos específicos do PAA estão sendo alcançados, tais como: garantia, quantidade e regularidade dos alimentos para pessoas com insegurança alimentar? Está ocorrendo uma formação de estoques e fortalecimento da agricultura familiar?

Portanto cabe o seguinte questionamento: O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) apresentado pelo governo do estado do Ceará constitui uma ferramenta de desenvolvimento rural sustentável no caso do Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiçu? O presente trabalho propõe-se a responder a estes questionamentos.

## 1.2 Hipóteses

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) pode ser apresentado pelo governo do estado do Ceará como uma das ferramentas de desenvolvimento rural sustentável, tendo como um estudo de caso o Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiçu – CE.

## 1.3 Objetivos

- Objetivo geral

Analisar se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) constitui uma das ferramentas do desenvolvimento rural sustentável dentro do Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiçu - CE.

- Objetivos específicos

a) Analisar, se os objetivos específicos do PAA têm sido alcançados, tais como:

- ✓ Garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional;
- ✓ Contribuir para a formação de estoques estratégicos;

- ✓ Promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

b) Verificar a participação social e integração entre o governo federal, Estado e município quanto às ações do PAA.

c) Analisar o efeito do PAA no Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiçu - CE.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para desenvolver o trabalho, foi realizado o estudo sobre a epistemologia do conceito de desenvolvimento e algumas formas encontradas, como: crescimento, desenvolvimento, desenvolvimento econômico, desenvolvimento rural, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento rural sustentável e desenvolvimento territorial. O capítulo foi dividido em cinco partes, além das discussões sobre crescimento e desenvolvimento; desenvolvimento rural e sustentável; desenvolvimento territorial; o capítulo tem um ponto que aborda a agricultura familiar e outro sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

### 2.1 O estado da arte do desenvolvimento

#### 2.1.1 *Crescimento econômico x desenvolvimento econômico*

O conceito de desenvolvimento é bastante complexo e motivo de divergências na literatura. Em 1776, Adam Smith publica “A Riqueza das Nações”, e o livro trata da ideia de desenvolvimento de forma superficial. Após a II Guerra Mundial, no período da reconstrução europeia, ocorreu um processo contínuo de busca do desenvolvimento econômico na qual as nações precisavam melhorar níveis econômicos, sociais, políticos e institucionais, tais como: renda *per capita*, analfabetismo, mortalidade infantil e distribuição de renda.

De acordo com Veiga (2010, p. 18),

Até o início dos anos 1960, não se sentiu muito a necessidade de distinguir desenvolvimento de crescimento econômico, pois as poucas nações desenvolvidas eram as que se haviam tornado ricas pela industrialização. De outro lado, os países que haviam permanecido subdesenvolvidos eram pobres, nos quais o processo de industrialização era incipiente ou nem havia começado.

Segundo Leite (1983, p.33), “a noção de desenvolvimento econômico que contou com maior número de adeptos, nos anos de pós-guerra, era fundamentada no crescimento do produto ou renda por habitante. Alterações econômicas essas que o crescimento econômico sozinho impossibilitava o país de realizar tais transformações”. Com isso, o estudo do desenvolvimento econômico se tornou científico e fundamentado por diversos estudiosos para entender essa busca por melhoria de indicadores sociais.

Segundo Leite (1983, p.41), “a partir da década de setenta, um número crescente de economistas passou a considerar o crescimento do produto ou da renda como um indicador inadequado do desenvolvimento econômico”.

Durante muito tempo, os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento econômico se tornaram sinônimos e foram utilizados de forma incorreta por muitos anos. O desenvolvimento econômico não pode ser analisado apenas por indicadores que medem o crescimento do produto de uma economia, ele deve ser entendido por indicadores que mostrem a qualidade de vida da população. Conforme Lemos (2008, p. 41), “desenvolvimento é um conceito complexo que envolve uma grande quantidade de perspectivas para o seu entendimento. Já o crescimento é aferido apenas através de indicadores de quantum ou de quantidades”.

Consoante Lemos (2008, p. 41 *apud* SANDRONI, 1996), desenvolvimento econômico consiste no crescimento econômico traduzido na elevação do produto nacional bruto (PNB) *per capita*, devidamente acompanhado por uma melhoria do padrão de vida populacional e por alterações estruturais na economia. Já para Lemos (2008, p. 42 *apud* GOODLAND, 1989), crescimento econômico refere-se à expansão da escala das dimensões físicas do sistema econômico, em outras palavras, o incremento da produção econômica. O conceito de desenvolvimento econômico é bem mais abrangente do que crescimento econômico, o último, apenas ocasiona uma melhoria quantitativa nos indicadores de um país, mas não necessariamente implica numa melhoria da qualidade de vida.

Segundo Kageyama (2004, p. 380), “[...] o desenvolvimento – econômico, social, cultural, político – é um conceito complexo e só pode ser definido por meio de simplificações, que incluem “decomposição” de alguns de seus aspectos e “aproximação” por algumas formas de medidas”.

Para Sen (2000, p. 10), a expansão da liberdade é vista, por essa abordagem, como o principal fim e o principal meio do desenvolvimento. O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente suas condições de agentes.

Assim, para Sen (2000, p.17), o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam.

Muitos outros pensadores formularam ideias sobre o conceito de desenvolvimento. Dentre eles, destacou-se Schumpeter que formulou muitas ideias sobre o desenvolvimento. De acordo com Lemos (2008, p. 43 *apud* SCHUMPETER, 1997, p.70),

o desenvolvimento econômico é simplesmente o objeto da história econômica que, por sua vez, é meramente uma parte da história universal, só separada do resto para fins de explanação. Por causa dessa dependência fundamental do aspecto econômico das coisas em relação a tudo o mais, não é possível explicar a mudança econômica somente pelas condições econômicas prévias. Pois o estado econômico de um povo não emerge simplesmente das condições econômicas precedentes, mas unicamente da situação total precedente.

Segundo a interpretação do mesmo autor para desenvolvimento,

Entenderemos como desenvolvimento apenas as mudanças da vida econômica que não lhe foram impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se concluir que não há tais mudanças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é na prática baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há nenhum desenvolvimento econômico. Pretenderíamos com isso dizer que o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma, seu desenvolvimento, é arrastado pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as causas e, portanto, a explicação do desenvolvimento devem ser procuradas fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica (SCHUMPETER, 1997, p.74).

Para Leite (1983, p.45), o desenvolvimento é mais do que a passagem do país pobre para o país rico, da tradicional economia rural para a sofisticada economia urbana. Significa não somente a ideia de melhoramento econômico, mas também de mais dignidade humana, segurança, justiça e igualdade.

Conforme Rodriguez e Silva (2010, p.33 *apud* MELO e GOMES, 2003), A ideia do desenvolvimento é uma herança da noção de progresso, e surge a partir da Segunda Guerra Mundial. Nesse momento, a civilização no mundo tinha saído de sua maior crise e começava a olhar o progresso com uma visão mais abrangente e democrática.

Para Veiga (2010, p.18),

A publicação do primeiro “Relatório do Desenvolvimento Humano”, em 1990, teve o claro objetivo de encerrar uma ambiguidade que se arrastava desde o final da 2ª guerra mundial, quando a promoção do desenvolvimento passou a ser, ao lado da busca da paz, a própria razão de ser da Organização das Nações Unidas (ONU).

O modelo econômico brasileiro, historicamente, pregou a ênfase no crescimento da economia como o seu principal objetivo, produzindo commodities agrícolas para o mercado externo e favorecendo um pequeno número de produtores, assim esquecendo o bem-estar geral da população e aumentando a desigualdade social e regional do País. Observa-se que esse modelo adotado pelo governo brasileiro não foi suficiente para combater a pobreza no País, apenas agravou o problema, principalmente, no interior do País que permaneceu durante muitos anos sem nenhuma política regional incisiva.

### 2.1.2 *Desenvolvimento rural e desenvolvimento sustentável*

Rural é a área externa ao perímetro urbano de um distrito, composta por setores nas seguintes situações de setor: rural de extensão urbana, rural povoado, rural núcleo, rural outros aglomerados, rural exclusive aglomerados (Instituto Agropólos do Ceará (2011 *apud* IBGE, 2002, p. 66).

De acordo com Kageyama (2004, p. 380 *apud* Veiga, 2000), não existe “o desenvolvimento rural” como fenômeno concreto e separado do desenvolvimento urbano. O desenvolvimento é um processo complexo, por isso muitas vezes se recorre ao recurso mental de simplificação, estudando separadamente o “desenvolvimento econômico”, por exemplo; ou, como propõe Veiga, pode-se estudar separadamente o “lado rural do desenvolvimento”.

De acordo com Kageyama (2004, p. 382 *apud* ABRAMOVAY, 2003), Abramovay (2003),

Apoiando-se no princípio de que ruralidade é um conceito de natureza territorial e não-setorial, mostra que três aspectos básicos caracterizam o meio rural: a relação com a natureza, a importância das áreas não densamente povoadas e a interdependência do sistema urbano. O bem-estar econômico das áreas de povoamento mais disperso depende da atividade econômica das cidades próximas e mesmo dos grandes centros urbanos mais afastados.

Segundo o Instituto Agropólos do Ceará (2011),

O desenvolvimento rural implica na criação de novos produtos e novas formas de produzir, associados a novos mercados; procura formas de redução de custos a partir de novas trajetórias tecnológicas; tenta reconstruir a agricultura não apenas no nível dos estabelecimentos, mas em termos regionais e da economia rural como um todo; representa, enfim, “[...] uma saída para as limitações e falta de perspectivas intrínsecas ao paradigma da modernização e ao acelerado aumento de escala e industrialização que ele impõe”. Por isso, o desenvolvimento rural é um “processo multinível, multiatores e multifacetado”.

O desenvolvimento rural para Navarro (2001, p. 88),

A definição do que seja exatamente “desenvolvimento rural”, em tais ações, igualmente tem variado ao longo do tempo, embora normalmente nenhuma das propostas deixe de destacar a melhoria do bem-estar das populações rurais como objetivo final desse desenvolvimento (adotando indicadores de ampla aceitação)

Ainda de acordo com Navarro (2001, p.90), “dos anos de 1990 em diante, a própria significação do que é o rural tem sido objeto de acesso a debate entre os estudiosos do tema, e seus significados vêm sendo redimensionados, deixando para trás sua identificação com o meramente agrícola”.

O conceito de desenvolvimento ganhou muitas variantes e pontuais para determinados segmentos. A nova abordagem do desenvolvimento rural sustentável entra em cena com o surgimento do desenvolvimento sustentável no final da década de 1980 e início da década de 1990 como a RIO 92 e a ICID difundindo a ideia desse modo de desenvolvimento para o Brasil.

A literatura para desenvolvimento rural sustentável e desenvolvimento sustentável é bastante recente e data das últimas três décadas.

De acordo com Rodriguez e Silva (2010, p. 60-64), a construção da concepção de desenvolvimento sustentável passou por quatro fases fundamentais:

a) A fase de preocupação com a problemática ambiental: marcada pelo aparecimento de vários trabalhos de renomados cientistas (A primavera silenciosa, de Rachel Carson, em 1967; A bomba da população e Ehrlich e a Tragédia dos Comuns, de Hardin, ambos, em 1968; o trabalho Os limites do crescimento também conhecido como O Relatório do Clube de Roma elaborado por Meadows e outros autores, em 1972). b) A etapa de conceitualização: na década de 1980. c) A fase de institucionalização: a celebração em 1992 no Rio de Janeiro (RIO 92) marca o momento crucial da elaboração da concepção de desenvolvimento sustentável. d) A fase da gestão ambiental: a partir do ano 2000 testemunha-se uma nova fase. Também destacado o relatório de Brundtland Consiste na materialização das ideias e no aparecimento de numerosos projetos práticos, dirigidos a reverter as situações de insustentabilidade.

Segundo o relatório de Brundtland (1987),

O desenvolvimento sustentável procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais.

Uma vez que o desenvolvimento sustentável se constitui num processo globalizante, sua sustentação no tempo também precisa ser entendida nesta perspectiva holística. Para Lemos (2008, p. 48), “a sustentabilidade do desenvolvimento tem que conter, pelo menos, cinco dimensões igualmente fundamentais para a sua caracterização, a saber: dimensão geoambiental, dimensão socioeconômica, dimensão técnico-científica, dimensão político-institucional e cultural”.

Da definição apresentada para o desenvolvimento sustentável, depreende-se que uma condição fundamental para que ela possa ocorrer é a conservação e preservação do estoque de recursos naturais. Segundo Lemos (2008, p. 54 *apud* DALY, 1989), desta forma, um pressuposto essencial é o desenvolvimento de conhecimentos científicos que viabilizem a

criação de tecnologias que não destruam essa base de recursos naturais e que promovam a reciclagem desses recursos, em outras palavras, tecnologias limpas.

No Quadro 1, é apresentada a perspectiva convencional e alternativa para o desenvolvimento.

Quadro 1 – Diferença entre a Perspectiva Convencional e a Perspectiva Alternativa para o Desenvolvimento

<b>Perspectiva Convencional</b>	<b>Perspectiva Alternativa</b>
Linear: existe um padrão único que cada país deverá seguir.	Não-Linear: existem muitos padrões para construir e lograr o desenvolvimento.
Uniformidade: o desafio para os países em desenvolvimento é tentar estar a altura dos países mais avançados.	Diversidade: conhece a diversidade de opções e caminhos para se construir o futuro.
Imitação: a melhor forma para acessar o desenvolvimento é imitar os que estão adiante.	Inovação: os países deverão procurar diferentes caminhos para lograr o desenvolvimento. É fundamental a habilidade de inovar e não a de imitar.
Antitradicional: tenta-se imitar as experiências dos outros países. Por isso os países em desenvolvimento estão dispostos a abandonar suas próprias tradições	Pró-tradicional: a inovação deriva-se das experiências e tradições próprias. É uma vantagem e não uma desvantagem.
Estrutural: a transformação do capital e das tecnologias são os meios para lograr o desenvolvimento. O fator humano é geralmente deixado em posições periféricas.	Ação Humana: está no centro do cenário. Coloca-se maior atenção no desenvolvimento humano e no fortalecimento institucional, que produz uma maior disposição e capacidade para trabalhar em conjunto.
Curto Prazo: as perspectivas de mudanças são sempre de curto prazo.	Longo Prazo: é o horizonte temporal de referência.
A-histórico: não se tem em conta o passado, nem a memória histórica.	Histórica: ter em conta o passado tem um alto significado.

Quadro 1 – Diferença entre a Perspectiva Convencional e a Perspectiva Alternativa para o Desenvolvimento (Continuação)

<p>Capital Físico: a inversão em capital físico é a base do progresso. As estruturas construídas por essa inversão de capital incrementam a possibilidade de fazer o desenvolvimento</p>	<p>Capital Social: o capital potencial como base para o desenvolvimento e, principalmente, social e não físico.</p>
--	---

Fonte: Rodriguez e Silva (2010 *apud* RAMIREZ,1996).

Para Navarro (2001, p. 89), desenvolvimento rural sustentável surgiu em meados dos anos de 1980 a partir da crescente difusão da expressão mais geral de desenvolvimento sustentável.

Para Lemos (2008, p.57), “o desenvolvimento rural sustentável deve ser entendido como um conjunto de ações sinérgicas capazes de incrementarem a qualidade de vida das populações rurais, ao tempo em que mantém intacta a base dos recursos naturais renováveis, ou não renováveis”. Portanto, o desenvolvimento rural deve ser entendido de forma holística e não reducionista.

Assim, a promoção do desenvolvimento rural sustentável constitui-se em uma possibilidade capaz de reverter situações que prevalecem em locais de pobreza, onde as oportunidades de negócios associados aos setores de transformação e de serviços, envolvendo sofisticados procedimentos tecnológicos, não conseguem proliferar.

### **2.1.3 Desenvolvimento territorial**

A construção do marco teórico desse trabalho necessitou entender como surgiu o desenvolvimento territorial e a sua evolução ao longo dos anos. Nesse ponto, alguns autores mostram suas ideias para o desenvolvimento do conceito.

Para discutir sobre o território, necessitamos compreender a diferença entre local e território. Para Souza e Furtado (2004, p.44), os debates sobre o conceito de localidade, entre os economistas, geógrafos, sociólogos e agrônomos evidenciam ambiguidades ligadas a um ponto no espaço, ou seja, que tanto pode ser uma comunidade, um bairro, uma cidade ou país.

Segundo os mesmos autores Souza e Furtado (2004, p.44 *apud* MAILLAT, 1992),

O local evoca o “meio”. Um meio que expressa um sentimento de pertença por parte de seus habitantes, permitindo a eles reconhecerem traços característicos comuns, expressarem laços de solidariedade, que influenciam as pretensas mudanças promovidas pela mediação ou intervenção autoritária dos diferentes tipos de organizações que nele atuam.

Para evitar equívocos e informações precipitadas não confundindo local e território Souza e Furtado (2004, p. 46 *apud* ANDRADE, 1995), “[...] alerta que o conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando mais ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área”.

Segundo Santos (2006, p.16), “[...] o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”.

Para Souza e Furtado (2004, p. 47 *apud* GILLARDOT, 1997),

Destaca as seguintes características do território rural: a) tem limites definidos pelas relações que se estabelecem; b) possui um “centro nervoso” onde a vida pulsa, onde as decisões são tomadas; c) tem uma área de produção; d) tem uma área com serviços; e) tem uma área com vegetação nativa; f) uma rede de circulação constituída de caminhos, estradas e rios<sup>1</sup>. É no território que a população constrói sua identidade, com seus sentimentos de pertença, expressam seu patrimônio cultural, ou seja, é onde a sociedade define e gesta seu destino.

Para Souza e Furtado (2004, p. 44 *apud* KAYSER, 1999),

O mundo rural refere-se a todo tecido econômico e social compreendendo um conjunto das mais diferentes atividades. É um modo particular do uso do espaço e da vida social, representando o locus de vida e de trabalho das pessoas. O espaço rural apresenta, então funções vitais para a sociedade. Apresenta as seguintes características: a) baixa densidade demográfica, pouca incidência de áreas construídas, onde predomina uma paisagem constituída de cobertura vegetal<sup>2</sup>; b) uso econômico da exploração agrosilvopastoril; c) seus habitantes tem um estilo de vida pautado na dependência às pequenas coletividades e pela sua relação especial com o espaço; d) identidade construída a partir da cultura camponesa.

Para Coutinho (2004, p.69 *apud* SERPÚLVEDA, 2003), Apresenta o seguinte conceito para território:

“o território é considerado como um produto social e histórico, o que confere um tecido social único, dotado de uma determinada base de recursos naturais, certas formas de produção, consumo e troca, e uma rede de instituições<sup>3</sup> e formas de organização que se encarregam de dar coesão ao resto dos elementos”.

Define-se território conforme o (MDA, 2005, p.28),

<sup>1</sup> No nordeste, fica difícil encontrar territórios, pois a maior parte dos rios da região são intermitentes.

<sup>2</sup> O Agronegócio não se desenvolve nas cidades.

<sup>3</sup> Essa rede inexistente ou existe precariamente no Nordeste.

Como sendo um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

Para o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) Vales do Curu e Aracatiaçu.

“o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade/identidade entre as pessoas, grupos sociais e instituições é mediador entre a dimensão do município considerando suas especificidades, a dimensão micro territorial e a dimensão territorial. É visto como uma área que sintetiza e materializa num determinado espaço geográfico um processo social, econômico, ecológico e cultural complexo, em interação com outros espaços diferenciados.

Segundo Souza e Furtado (2005, p.56), “[...] eles chamam a atenção para as expressões comumente usadas para o território: ‘nação ou nações’, estado, região, microrregião, bacia hidrográfica, município, distrito, acampamento, assentamento, povoado, comunidade, reserva indígena e aldeia”.

De acordo com Rodriguez e Silva (2010, p. 37), “a concepção de desenvolvimento territorial, ou seja, que considera o desenvolvimento como uma propriedade emergente do território como sistema regional complexo e altamente organizado, como um espaço de poder”.

## **2.2 O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**

A base fundamental para o Programa de Aquisição de Alimentos é a agricultura familiar e o seu papel no fornecimento dos alimentos para o programa. Ao longo da história da humanidade a agricultura familiar foi importante para a construção de povoados e até civilizações.

Segundo Lamarche (1997, p.13),

“independente de quais sejam os sistemas sociopolíticos, as formações sociais ou as evoluções históricas, em todos os países onde um mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada por explorações familiares, ou seja, por explorações nas quais a família participa da produção”.

O conceito de agricultura familiar para Lamarche (1997, p.15), a exploração familiar, tal como a concebeu, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho está intimamente ligado à família.

Segundo Grisa et. al. (2010, p. 1),

A criação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) em 2003 resultou de uma confluência entre dois debates importantes da década de 1990 no Brasil. Primeiramente, o Programa traz a discussão da segurança alimentar e nutricional, debate que se intensifica a partir do final da década de 1980, tem impulso e retração nos anos 1990 e encontra maior espaço no governo Lula a partir de 2003. Em segundo, contribui para o reconhecimento da agricultura familiar, que já havia ganho maior expressão com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996, mas que, até então, ficara à margem das ações do Estado, sofrendo os efeitos do processo de mudança da matriz tecnológica da agricultura (1960/1970) e, de modo mais longínquo, as conseqüências da estrutura agrária desigual que caracterizou a formação econômica e social do Brasil.

O programa de Aquisição de Alimentos (PAA), “É um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei n°. 10.696, de 02 de julho de 2003”, e regulamentado pelo Decreto n°. 6.447, de 07 de maio de 2008”.

É um programa interministerial e coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e constituído pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e MEC/FNDE/PNAE, com participação de 30% dos recursos da merenda escolar.

No âmbito federal, o programa está a cargo do MDS e MDA, e os gestores executores são os estados, os municípios e a Conab.

O grupo gestor é composto por representantes de cinco órgãos federais: MDA, MDS, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e Ministério da Fazenda.

Além do grupo gestor, o PAA ainda conta com outras instituições públicas parceiras em âmbito federal, estadual e municipal, e com a sociedade organizada.

Localmente, a gestão é composta por agricultores familiares, cooperativas, associações e sindicatos de produtores e entidades da rede socioassistencial.

O PAA permite ao governo comprar produtos da agricultura familiar de maneira rápida, junto aos agricultores familiares, priorizando, povos e comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, assentados da reforma agrária, território da cidadania) e, encaminhar esses alimentos, em forma de doação, às populações que estejam em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais, preferencialmente, aquelas

entidades que não recebem recursos de programas governamentais de qualquer nível (federal, estadual ou municipal) como: cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, restaurantes populares, casas de idosos, creches, escolas mantidas por doações, pastorais, presídios, hospitais, etc.). (ANEXO B)

Na Figura 1, representa o fluxograma e funcionamento passo a passo do PAA. Todo o processo ocorre basicamente em quatro etapas, quais sejam:

A etapa 1 consiste o seguinte: a SDA realiza uma adesão com a prefeitura, caso a adesão seja favorável, a prefeitura oferece apoio ao programa dentro do seu município. O apoio se dá através da central de distribuição, apoio logístico, mão-de-obra para trabalhar na central e os equipamentos. Logo depois, a prefeitura lança um edital para a convocação desses agricultores e realizar um cadastro com a intenção de participarem. A assistência técnica (1.1) ajuda a divulgar o programa junto aos agricultores. Após o cadastro na prefeitura e a avaliação da capacidade produtiva, o agricultor espera o lançamento do edital do governo do estado com dispensa de licitação e até um limite da produção que alcance um valor de R\$ 4.500,00.

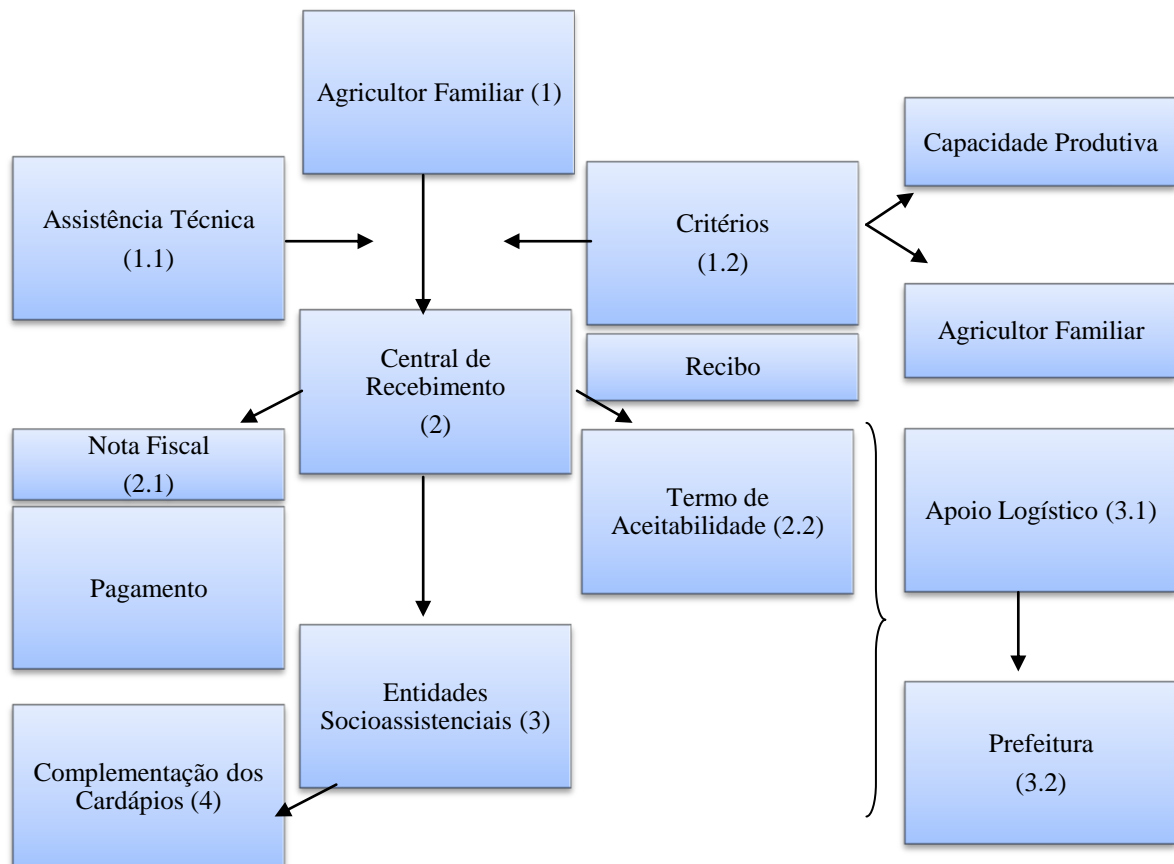
Após o lançamento do edital e o cadastro, os agricultores têm que apresentar Declaração de Aptidão ao PRONAF- DAP e mostrar capacidade produtiva. O resultado é divulgado e os agricultores começam a produzir seus alimentos.

Na etapa 2, a entrega dos alimentos, o agricultor pode entregar tudo de uma vez ou em períodos estipulados. O agricultor é responsável pela entrega nas entidades. Ele leva a sua produção para a Central de Distribuição que se localiza na sede do próprio município em que ele foi cadastrado. Na central é feita a pesagem e a avaliação da qualidade do alimento. Quando a produção está correta é gerado um recibo e o pagamento é feito em até 15 dias úteis. Os produtos de origem animal precisam atender aos aspectos das questões sanitárias.

Na etapa 3, quando a mercadoria já se encontra na central de distribuição, os beneficiários são notificadas para buscar os alimentos e entregá-los nas escolas, hospitais, asilos, dentre outros que são cadastrados no programa. A prefeitura oferece o apoio logístico para buscar os alimentos.

Na etapa 4, os alimentos chegam na mesa das pessoas assistidas pelo programa para o consumo.

Figura 1 – Fluxograma do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).



Fonte: Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), 2011.

No Ceará, em 2011 o PAA está em 49 municípios com atuação da SDA e 101 municípios com atuação da Conab.

### 2.3 O Programa Territórios da Cidadania

A territorialização do espaço rural cearense materializa a sintonia do Governo do Estado do Ceará com o Governo Federal por meio da criação da política pública de desenvolvimento sustentável com enfoque territorial, cuja coordenação é da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a execução das ações a cargo do Instituto Agropolos do Ceará.

O Programa Territórios da Cidadania se enquadra em muitos dos conceitos de desenvolvimento abordados até aqui. Segundo as referências para o desenvolvimento territorial sustentável, esse programa é uma forma de construção de um novo sujeito coletivo do desenvolvimento, que representa a capacidade de articulação entre as forças dinâmicas de uma determinada região.

Esse programa precisa incorporar e assumir um novo padrão proposto de desenvolvimento com base local, buscando soluções de sustentabilidade vistas sob essa nova ótica (MDA, 2003).

No Ceará, existem oito territórios rurais com a participação de 95 municípios e seis territórios da cidadania que envolve 102 municípios. (Ver Anexos A e B).

Segundo o (Programa Territórios da Cidadania, 2011), os Territórios Rurais se caracterizam por: conjunto de municípios unidos pelo mesmo perfil econômico e ambiental; ter identidade e coesão social e cultural. Os Territórios Rurais (programa desenvolvido desde 2003 pelo MDA) são à base dos Territórios da Cidadania. O objetivo geral do programa é a Superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Já os objetivos específicos são: inclusão produtiva das populações pobres dos territórios; busca da universalização de programas básicos de cidadania; planejamento e integração de políticas públicas; e ampliação da participação social. Os elementos conceituais são: proposta de desenvolvimento local/regional que combina com estratégia territorial; consolidação das relações federativas; integração de políticas públicas; e participação social.

### 3 MATERIAL E MÉTODOS

#### 3.1 Área geográfica de estudo

A área geográfica de estudo corresponde aos dezoito municípios que compõem o Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu, Estado do Ceará, localizado na Região Nordeste do Brasil, são eles: Amontada, Apuiarés, General Sampaio, Irauçuba, Itapajé, Itapipoca, Itarema, Miraíma, Paracuru, Paraipaba, Pentecoste, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu, Tejuçuoca, Trairi, Tururu, Umirim e Uruburetama. (Figura 2)

O território também é dividido em Micro Territórios:

- a) União das Serras – 4 municípios: Irauçuba, Itapajé, Umirim e Uruburetama.
- b) Médio Curu – 4 municípios: Apuiarés, General Sampaio, Pentecoste e Tejuçuoca.
- c) Vales do Curu Aracatiaçu Mirim – 5 municípios: Amontada, Itapipoca, Itarema, Miraíma e Tururu.
- d) Litoral Vales do Curu – Paracuru, Paraipaba, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu e Trairi.

O território abrange uma área de 12.143,70 Km<sup>2</sup> ou 8,16% da área total do Ceará e com uma população total de 571.045 habitantes, dos quais 259.456 vivem na área rural, o que corresponde a 45,44% do total da população e densidade demográfica 47,02 Hab./Km<sup>2</sup>. Possui 30.701 agricultores familiares, 3.527 famílias assentadas, 7.004 pescadores, duas comunidades quilombolas e três terras indígenas. Seu IDH médio é 0,630 (MDA, 2012).

O território se localiza na zona noroeste do Estado do Ceará fazendo limite ao norte com o Oceano Atlântico; ao sul com Palmácia e Paramoti; a leste com Caucaia, Maracanaú e Maranguape, e a oeste com Santana do Acaraú e Morrinhos.

Seus municípios ficam em média distantes 110 km de Fortaleza e o acesso entre os municípios, além da BR-222, é feito também pelas CE-168, CE-071, CE-085, CE-368, CE-362, CE-354 e CE-178.

Figura 2 – Localização da Área Geográfica de Estudo – Estado do Ceará, Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiáçu.



Fonte: Figura Adaptada do IPECE, 2012.

Na Tabela 1, encontra-se a população dos municípios que compõem o território nos anos de 2000, 2005 e 2010. No último ano da série, o município de Itapipoca apresentou a maior população dentro do território com 116.065 habitantes e, aproximadamente, 20% do total da população do território. Em seguida, o município de Trairi com 51.432 habitante e, aproximadamente, 9% do total da população que vive no território.

Na Tabela 1, foi calculada a Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População de acordo com a fórmula adotada pelo IBGE:

$$r = \sqrt[n]{\frac{P(t+n)}{P(t)}} - 1 ; \text{ onde: } r = \text{mensura o ritmo de crescimento da população entre}$$

duas datas determinadas;  $n$  = intervalo de tempo entre essas datas; e  $P(t+n)$  e  $P(t)$  populações correspondentes a duas datas sucessivas.

Quando se observa a taxa geométrica de crescimento anual dos municípios que foi calculada utilizando a fórmula adotada pelo IBGE. Constata-se que General Sampaio apresentou 5,02% de crescimento no ano de 2010 com relação ao ano de 2000. Apesar desse crescimento, a base é muito baixa, ou seja, o município tem a menor população do território.

A menor taxa de crescimento anual em 2000/2010 foi em São Luís do Curu, a população apresentou o menor crescimento.

Tabela 1 – População Total dos Municípios que Compõem o Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu e sua Taxa de Crescimento Geométrica Anual (2000 2005 e 2010)

Municípios	População Total			Taxa Geométrica de Crescimento Anual (%)		
	2000	2005	2010	2000/ 2005	2005/ 2010	2000/ 2010
Amontada	32.333	36.826	39.233	2,64	1,27	3,94
Apuiarés	12.540	14.435	13.927	2,85	-0,71	2,12
General Sampaio	4.866	4.428	6.216	-1,87	7,02	5,02
Irauçuba	19.560	21.067	22.347	1,50	1,19	2,70
Itapajé	41.093	45.759	48.366	2,17	1,11	3,31
Itapipoca	94.369	105.086	116.065	2,17	2,01	4,23
Itarema	30.347	33.354	37.462	1,91	2,35	4,30
Miraíma	11.417	12.272	12.800	1,45	0,85	2,31
Paracuru	27.541	31.675	31.638	2,84	-0,02	2,81
Paraipaba	25.462	29.015	30.041	2,65	0,70	3,36
Pentecoste	32.600	32.818	35.412	0,13	1,53	1,67
São Gonçalo do Amarante	35.608	39.569	43.947	2,13	2,12	4,30
São Luís do Curu	11.497	12.053	12.336	0,95	0,47	1,42
Tejuçuoca	13.519	14.593	16.836	1,54	2,90	4,49
Trairi	44.527	49.654	51.432	2,20	0,71	2,93
Tururu	11.498	12.489	14.415	1,67	2,91	4,63
Umirim	17.343	18.604	18.807	1,41	0,22	1,63
Uruburetama	16.444	18.277	19.765	2,14	1,58	3,75

Fonte: IPECE, Anuário Estatístico, 2010.

O território apresentou uma taxa de crescimento anual da população maior que o do Ceará entre 2000/2010 com 3,42%, enquanto Fortaleza cresceu 2,74% no período. Conforme observado na Tabela 2.

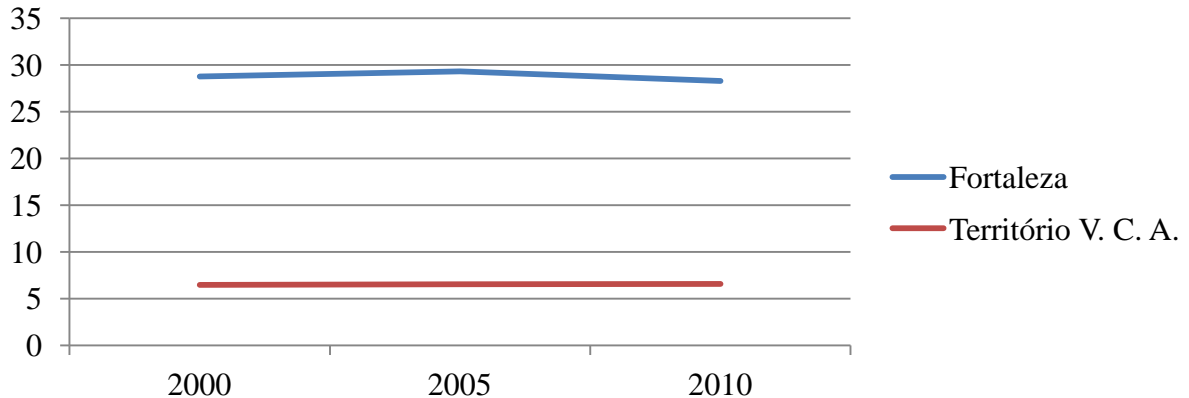
Tabela 2 – População Total do Ceará, Fortaleza e do Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu e sua Taxa de Crescimento Geométrica Anual (2000, 2005 e 2010)

Municípios	População Total			Taxa Geométrica de Crescimento Anual (%)		
	2000	2005	2010	2000/ 2005	2005/ 2010	2000/ 2010
Ceará	7.430.661	8.097.276	8.648.055	1,73	1,32	3,08
Fortaleza	2.138.234	2.374.944	2.447.409	2,12	0,60	2,74
Território V. C. e A.	482.564	531.974	571.045	1,97	1,43	3,42

Fonte: IPECE, Anuário Estatístico, 2010.

De acordo com que está mostrado na Figura 3, a participação da população do território no Ceará apresentou uma elevação no período. Passou de 6,49% no ano 2000 para 6,60% em 2010. Enquanto Fortaleza apresentou crescimento entre 2000-2005 e redução na participação em 2010 com 28,30%.

Figura 3 – Evolução da Participação da População de Fortaleza e Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu com Relação ao Ceará (2000, 2005 e 2010)



Fonte: Elaboração própria. Brasil. 2012.

### 3.1.1 Justificativa da área geográfica de estudo

O Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu criado em 2008, mesmo período da criação do Programa Territórios da Cidadania, tem um clima bastante diversificado com acesso ao litoral, sertão e serras. Na área geográfica em questão, o programa Territórios da Cidadania conta com 65 ações e com atuação de 12 ministérios (ANEXO A). Um dessas ações é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) criado em 2003.

A escolha do Território Vales do Curu e Aracatiaçu leva em conta alguns aspectos fundamentais, tais como: o território possui vasta área geográfica com 8,16% da área total do estado; 14 dos 18 municípios que compõem o Território participaram do Programa de Aquisição de Alimentos PAA na modalidade que está sendo estudada Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF) em 2011. (ANEXO B)

### 3.2 Área científica de estudo

Teremos como área científica de estudo, o Desenvolvimento Territorial Sustentável dentro do âmbito das Políticas Públicas e desenvolvimento rural sustentável.

### **3.3 Métodos de análise**

#### **3.3.1 Método Indutivo**

O método indutivo é um processo que ocorre partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma premissa geral ou universal, não contida nas partes examinadas (LAKATOS e MARCONI, 1991, p.47). Portanto, o objetivo dos argumentos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam.

Conforme Marconi e Lakatos (2008, p. 110), o método indutivo tem uma conexão ascendente, ou seja, a aproximação dos fenômenos caminha geralmente para planos cada vez mais abrangentes, indo das constatações mais particulares às leis e teorias.

No presente trabalho, as premissas de um argumento indutivo correto sustentam ou atribuem certa verossimilhança à sua conclusão. Assim, quando as premissas são verdadeiras, o melhor que se pode dizer é que sua conclusão é, provavelmente, verdadeira. Acredita-se que o Programa de Aquisição de Alimentos PAA é uma das ferramentas do desenvolvimento rural sustentável dentro do Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu.

#### **3.3.2 Método Monográfico ou Estudo de Caso**

No método Monográfico ou Estudo de Caso, nesse recurso utilizado, o uso de diversas fontes permite o desenvolvimento da investigação de uma forma mais realista e convincente do trabalho, pois o estudo partirá da própria localidade. Este estudo permite o conhecimento de forma precisa do objeto de estudo.

A pesquisa de campo busca uma maior interação com o objetivo do trabalho que é analisar o Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu como uma das ferramentas do Desenvolvimento Rural Sustentável, tendo como estudo de caso o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Assim, o estudo de caso do território consiste no estudo da população investigando e examinando o tema escolhido, observando todos os fatores que o influenciaram e analisando em todos os seus aspectos.

### 3.4 Fontes de dados

Para atender aos objetivos deste estudo, foram utilizados dados primários obtidos através das oficinas e entrevistas realizadas com os atores envolvidos. As entrevistas foram realizadas a partir do dia 26 de julho de 2011 prosseguindo até o mês de abril de 2012. Foram realizadas entrevistas com a coordenadora do PAA do estado do Ceará, Monica Macedo e com o técnico do PAA Felipe Alves, na SDA; com Francisco das Chagas projetista do PAA, na CONAB; e por último, José do Egito, Secretário da Agricultura de General Sampaio.

Os dados secundários foram obtidos através de fontes estatísticas do governo estadual (IPECE), do IBGE e da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) com relação aos dados do PAA.

### 3.5 Técnicas de pesquisa

As técnicas de pesquisa são fundamentais para as informações e validação do trabalho através do levantamento dos dados que venham a legitimar os questionamentos das hipóteses e objetivos do trabalho.

Foram utilizados como técnicas de pesquisa: a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto (MARCONI, 1996, p. 66).

Na pesquisa bibliográfica, coleta-se material já elaborado anteriormente constituído de livros, artigos científicos publicados em periódicos, dissertações defendidas, revistas, anais de congressos e textos obtidos via internet.

A pesquisa documental refere-se à base de documentos que ainda não recebeu um tratamento científico adequado e que servirá como fonte para o trabalho. Segundo Marconi (1996, p. 57), a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois.

Para a realização da pesquisa documental buscou-se informações nas seguintes instituições, quais sejam:

- a) Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB;
- b) Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA;
- c) Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE;

- d) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
- e) Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA;
- f) Instituto Agropólos do Ceará;
- g) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS;
- h) Prefeitura Municipal de General Sampaio;
- i) Prefeitura Municipal de Itapajé;
- j) Prefeitura municipal de Paraipaba.

O início da pesquisa documental ocorreu no dia 26 julho de 2011, com visitas a CONAB e a SDA. Na CONAB, conversei e fui buscar informações com o Francisco das Chagas Mendes da Silva, projetista do PAA. Na SDA, tive contato com a Monica Maria Macedo de Sousa Santos, coordenadora do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Estado.

A pesquisa foi intensificada com o decorrer do ano de 2011 até o período que foram realizadas as visitas nos municípios.

A coleta de dados foi feita por meio de visitas *in loco*, com o auxílio de registros fotográficos e relatórios de campo. Esta parte da pesquisa foi realizada no mês de novembro de 2011, entre os dias 08 e 10. Após a análise, foi possível incorporar ao estudo diversos temas e discussões relevantes.

### **3.6. Pesquisa participativa**

A pesquisa participativa tem o intuito de fazer uma discussão sobre o Programa de Aquisição de Alimentos e os diversos atores envolvidos. Propondo uma reflexão na participação dos atores sociais com as suas opiniões e vivências relacionadas aos seus municípios.

Para Portela (2009, p. 54 *apud* GIMENES, 2008, p. 5),

O Enfoque Participativo enfatiza o desenvolvimento de processos de transformação e de mudança, principalmente no aspecto comportamental dos indivíduos e, por consequência, nas suas instituições. Os princípios básicos do enfoque participativo são o diálogo ativo, “a problematização e a condução compartilhada do processo.

De acordo com o mesmo autor,

As oficinas com enfoque participativo têm em vista a elaboração de propostas ajustadas à realidade, haja vista que os atores abarcados tornam-se sujeitos ativos e

não objetos do trabalho de outros. Desta forma, há uma aprendizagem recíproca envolvendo todos os participantes, por meio de opiniões e experiências, para que se chegue a um consenso sobre as ações necessárias para a resolução de problemas PORTELA (2009, p. 54 *apud* GIMENES, 2008).

### **3.6.1 Etapas da Pesquisa Participativa**

#### **3.6.1.1 Treinamento das oficinas**

Durante o mês de outubro de 2011, foi montada uma equipe multidisciplinar, formada por um acadêmico do curso de Agronomia, quatro estudantes mestrados em Economia Rural e uma doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente, para receber um treinamento ministrado pela professora Dr<sup>a</sup>. Maria Irlés de Oliveira Mayorga, do Departamento de Economia Agrícola – UFC com o auxílio do Professor Dr. Ruben Dario Mayorga Mera. Este treinamento teve por finalidade capacitar a equipe para realizar as oficinas de caráter participativo juntos aos atores envolvidos no PAA dentro do Território estudado.

No período em que a equipe estava sendo treinada, foram apresentadas metodologias já empregadas em outros projetos que trabalhavam com a participação das comunidades e dissertações que utilizaram essa metodologia, como: o projeto WAVES (2003), projeto MAPLAM (2005), Diagnóstico Rural Participativo - DRP (2006) e o AAE (2010). A metodologia também utilizada na tese de doutorado sobre o PAA, em Iguatu (2008), pela doutoranda Terezinha Pereira Lecomperre que utilizou nas suas oficinas as discussões em torno dos objetivos do seu trabalho.

Os resultados foram divididos em cinco partes: a primeira aborda pontos relativos aos agricultores; a segunda aborda pontos relativos das entidades. O terceiro ponto observa o papel da assistência técnica; no quarto ponto, as relações entre as esferas e por último, o papel do Território da Cidadania para o PAA.

Portanto, a pesquisa participativa ocorreu em três oficinas realizadas nos municípios de General Sampaio, Itapajé e Paraipaba.

#### **3.6.1.2 Oficina realizada em General Sampaio**

A primeira oficina foi realizada no dia 08 de novembro de 2011, no município de General Sampaio, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), ao todo 23 pessoas

dos mais variados segmentos que giram em torno do programa participaram e seus respectivos municípios, tais como:

- a) Hospital municipal (General Sampaio),
- b) Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) (Fortaleza),
- c) Técnicos do PAA (Fortaleza),
- d) Secretaria de Educação (General Sampaio),
- e) Prefeituras (General Sampaio),
- f) Técnicos da EMATERCE (General Sampaio, São Luís do Curu, Apuiarés, Tejuçuoca),
- g) Secretaria da Ação Social (Apuiarés),
- h) Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente (SEDERMA) (Apuiarés),
- i) Escolas (General Sampaio),
- j) Agricultores familiares (São Luís do Curu, Apuiarés, Tejuçuoca),
- k) Universidade Federal do Ceará (Fortaleza).

Os participantes da oficina realizada em General Sampaio são mostrados na Tabela 3 a seguir.

Tabela 3 - Participantes da Oficina Realizada em General Sampaio (CE) (2011)

Instituição	Municípios				
	Apuiarés	Fortaleza	General Sampaio	São Luís do Curu	Tejuçuoca
UFC		5			
SDA		1			
Secretaria de Educação			1		
Secretaria da Ação Social	1				
SEDERMA	1				
Prefeitura			1		
Escola			1		
Hospital			1		
Agricultor	2			2	2
EMATERCE	2			2	1

Fonte: Pesquisa de Campo, Nov/2011.

Figura 4: Local da Oficina de General Sampaio



Foto: Diego Holanda

Fonte: Pesquisa Participativa, Nov./2011.

Figura 5: Participantes da Oficina de General Sampaio



Foto: Diego Holanda

Fonte: Pesquisa Participativa, Nov./2011.

### 3.6.1.3 Oficina realizada em Itapajé

A segunda oficina foi realizada no dia 09 de novembro de 2011, no município de Itapajé, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE). O trabalho envolveu ao todo 18 pessoas dos mais variados segmentos que giram em torno do PAA, tais como:

- a) Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) (Fortaleza),
- b) Técnicos do PAA (Fortaleza),
- c) Prefeituras (Uruburetama),
- d) Técnicos da EMATERCE (Itapajé, Irauçuba, Itapipoca),
- e) Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Agropecuário (SDEA) (Irauçuba),
- f) Secretaria da Agricultura (Itapajé),
- g) Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (Itapajé),
- h) Agricultores familiares (Itapajé),
- i) Universidade Federal do Ceará (Fortaleza).

Os participantes da oficina de Itapajé são mostrados na Tabela 4.

Tabela 4 - Participantes da Oficina Realizada em Itapajé (CE) 2011

Instituição	Municípios				
	Fortaleza	Irauçuba	Itapajé	Itapipoca	Uruburetama
UFC	5				
SDA	1				
SDEA		1			
Secretaria da Agricultura			1		
Prefeitura					1
EMATERCE		2	3	2	
Agricultor			1		
S. T. T. Rurais			1		

Fonte: Pesquisa de Campo, Nov/2011.

Figura 6: Local da Oficina de Itapajé



Foto: Diego Holanda

Fonte: Pesquisa Participativa, Nov./2011.

Figura 7: Participantes da Oficina de Itapajé



Foto: Diego Holanda

Fonte: Pesquisa Participativa, Nov./2011

### 3.6.1.4 Oficina realizada em Paraipaba

A terceira oficina foi realizada no dia 10 de novembro de 2011, no município de Paraipaba, Complexo de Atendimento à Criança e ao Adolescente. O trabalho envolveu ao todo 18 pessoas dos mais variados segmentos que giram em torno do PAA, tais como:

- Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) (Fortaleza),
- Técnicos do PAA (Fortaleza),
- Técnicos da EMATERCE (São Gonçalo do Amarante),
- Secretaria da Agricultura e Recursos Hídricos (São Gonçalo do Amarante),
- Secretaria da Ação Social (Trairi, Paraipaba),

- f) Secretaria da Agricultura (Trairi),
- g) Associação dos Trabalhadores (Trairi),
- h) Agricultores familiares (Paraipaba),
- i) Universidade Federal do Ceará (Fortaleza).

Os participantes da oficina de Paraipaba são mostrados na Tabela 5.

Tabela 5 - Participantes da Oficina Realizada em Paraipaba (CE) 2011

Instituição	Municípios			
	Fortaleza	Paraipaba	São Gonçalo do Amarante	Trairi
UFC	5			
SDA	1			
Secretaria da Agricultura				1
Secretaria da Ação Social		2		2
SEAGRH			1	
Associação dos Agricultores				1
Agricultor		4		
EMATERCE			1	

Fonte: Pesquisa de Campo, Nov/2011.

Figura 8: Local da Oficina de Paraipaba



Fonte: Pesquisa Participativa, Nov./2011.

Figura 9: Participantes da Oficina de Paraipaba



Fonte: Pesquisa Participativa, Nov./2011.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) dentro do Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu

Para o presente estudo do PAA foi utilizado a modalidade *Compra para Doação Simultânea* ou *Compra Direta Local da Agricultura Familiar* (CDLAF), com a atuação do Governo do Estado do Ceará através da Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Ceará (SDA). Essa modalidade destina-se a promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional das escolas, creches, hospitais, dentre outros.

Os dados referentes à atuação do governo do estado no território estudado são dos anos 2010 e 2011. O programa com a atuação do governo do estado iniciou em 2009 com 4 municípios, nenhum deles estava situado dentro do território estudado. Em 2010-2011 a atuação do governo do estado passou para 49 municípios. Em 2012, o PAA visa abranger 99 municípios no Ceará.

Na Tabela 6, encontra-se a quantidade e a participação das entidades assistidas pelo programa no ano de 2010 em ordem decrescente. Como observado, seis dos dezoito municípios concentram 64,84% das entidades assistidas no território, quais sejam essas municípios: Amontada, Apuiáres, General Sampaio, Itapajé, São Luís do Curu e Umirim. No mesmo ano, cinco dos dezoito municípios do território não participaram do PAA. (Lista das Entidades ver Anexo F).

Tabela 6 - Quantidade e Participação de entidades Beneficiadas por Município em 2010

Municípios	Quantidade	%
Apuiarés	13	0,1429
General Sampaio	11	0,1209
Itapajé	10	0,1099
Umirim	10	0,1099
Amontada	8	0,0879
São Luís do Curu	7	0,0769
Irauçuba	6	0,0659
Itarema	6	0,0659
Miraíma	5	0,0549
Uruburetama	5	0,0549
São Gonçalo do Amarante	4	0,0440
Paraipaba	3	0,0330
Tejuçuoca	3	0,0330
Itapipoca	-	-

Tabela 6 - Quantidade e Participação de entidades Beneficiadas por Município em 2010 (Continuação)

<b>Municípios</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Paracuru	-	-
Pentecoste	-	-
Trairi	-	-
Tururu	-	-
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>1,0000</b>

Fonte: Elaboração Própria. Brasil. 2012.

Quando se observa o sexo dos beneficiados pelo PAA, constata-se que 55% são do sexo feminino e 45% são do sexo masculino. Portanto, há predominância dos beneficiados do sexo feminino. Com relação ao total de beneficiados por município, quatro dos dezoito concentram 57,97% das pessoas assistidas nos municípios de: Apuiarés, General Sampaio, Itarema e São Luís do Curu. Apesar de atender a um grande número de pessoas, os municípios de Itarema e São Luís do Curu possuem uma baixa quantidade de entidades beneficiadas, se comparado com outros municípios. (Tabela 7).

Tabela 7 - Quantidade e Participação do Sexo dos Beneficiados do Programa por Município em 2010

<b>Municípios</b>	<b>Masculino</b>	<b>%</b>	<b>Feminino</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Amontada	635	0,0724	734	0,0683	1369	0,0701
Apuiarés	1546	0,1763	2191	0,2038	3737	0,1915
General Sampaio	1580	0,1802	1814	0,1688	3394	0,1739
Irauçuba	337	0,0384	413	0,0384	750	0,0384
Itapajé	540	0,0616	508	0,0473	1048	0,0537
Itapipoca	-	-	-	-	-	-
Itarema	929	0,1060	1172	0,1090	2101	0,1077
Miraíma	446	0,0509	499	0,0464	945	0,0484
Paracuru	-	-	-	-	-	-
Paraipaba	153	0,0175	237	0,0220	390	0,0200
Pentecoste	-	-	-	-	-	-
São Gonçalo do Amarante	275	0,0314	388	0,0361	663	0,0340
São Luís do Curu	1003	0,1144	1078	0,1003	2081	0,1066
Tejuçuoca	224	0,0256	359	0,0334	583	0,0299
Trairi	-	-	-	-	-	-
Tururu	-	-	-	-	-	-
Umirim	713	0,0813	919	0,0855	1632	0,0836
Uruburetama	386	0,0440	437	0,0407	823	0,0422
<b>Total</b>	<b>8767</b>	<b>1,0000</b>	<b>10749</b>	<b>1,0000</b>	<b>19516</b>	<b>1,0000</b>

Fonte: Elaboração própria. Brasil. 2012.

Na faixa etária dos beneficiados, a maior proporção é de crianças com idade entre 7 e 14 anos que estão nas escolas representando 41% do total dos beneficiados. Já o número de

idosos representa 11% do total das pessoas assistidas pelo programa, assim representando o menor valor entre as faixas etárias. (Tabela 8)

Como pode observar a participação relevante das crianças no programa encontra-se basicamente formada nas creches e escolas públicas. O alimento presente na mesa dessas crianças ajuda a melhorar o ambiente educacional e o aprendizado.

Tabela 8 - Faixa Etária dos Beneficiários do programa (2010)

<b>Municípios</b>	<b>0 - 6 anos</b>	<b>7 - 14 anos</b>	<b>15 - 23 anos</b>	<b>24 - 65 anos</b>	<b>Acima de 65 anos</b>
Amontada	240	102	330	485	212
Apuiarés	124	2341	697	476	99
General Sampaio	520	2158	268	104	344
Irauçuba	250	100	50	70	280
Itapajé	613	160	60	0	215
Itapipoca	-	-	-	-	-
Itarema	323	332	449	615	382
Miraíma	164	103	149	413	116
Paracuru	-	-	-	-	-
Paraipaba	12	128	38	116	96
Pentecoste	-	-	-	-	-
São Gonçalo do Amarante	70	330	190	52	21
São Luís do Curu	274	537	202	933	135
Tejuçuoca	143	295	76	64	5
Trairi	-	-	-	-	-
Tururu	-	-	-	-	-
Umirim	292	958	190	92	100
Uruburetama	6	365	232	160	60
<b>Total</b>	<b>3031</b>	<b>7909</b>	<b>2931</b>	<b>3580</b>	<b>2065</b>

Fonte: Secretaria do Desenvolvimento Agrário (CE), 2011.

Com relação aos agricultores, conforme observado na Tabela 9, a quantidade total que forneceu alimentos ao programa foi maior em 2010 com destaque para os municípios de Apuiarés e General Sampaio na participação dos agricultores cadastrados no programa.

Em 2010, foram adquiridas 93.616 toneladas de alimentos e recursos empregados em torno de R\$ 318.493,88. Já no ano seguinte, os recursos empregados no território foram na ordem de R\$ 496.807,09. Assim, adquirindo 137.782 toneladas de alimentos.

Apesar de o número menor de agricultores cadastrados em 2011, a quantidade adquirida em toneladas e os recursos empregados foram maiores do que o ano de 2010.

Portanto, em números, os municípios de Apuiarés e General Sampaio apresentaram resultados satisfatórios dentro do território. Eles apresentaram o maior número de entidades de pessoas assistidas e agricultores familiares participantes do programa no território Vales do Curu e Aracatiaçu em 2010.

Tabela 9 - Número de Agricultores no programa (2010-2011)

Municípios	2010		2011	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Amontada	8	17	14	9
Apuiarés	42	11	23	4
General Sampaio	38	15	51	10
Irauçuba	12	1	14	2
Itapajé	21	0	14	0
Itapipoca	-	-	-	-
Itarema	22	0	12	0
Miraíma	6	3	12	7
Paracuru	-	-	-	-
Paraipaba	10	4	8	10
Pentecoste	-	-	-	-
São Gonçalo do Amarante	3	4	4	2
São Luís do Curu	13	0	23	2
Tejuçuoca	22	2	31	4
Trairi	-	-	7	10
Tururu	-	-	-	-
Umirim	21	17	6	5
Uruburetama	13	4	7	2
Total	231	78	226	67

Fonte: Secretaria do Desenvolvimento Agrário (CE), 2012.

#### 4.2 Oficina realizada em General Sampaio

A pesquisa participativa foi realizada com o intuito de diagnosticar o programa dentro do território e entender como funciona a ligação entre os atores envolvidos e a relação das esferas municipal, estadual e federal para a construção de uma melhoria para o programa. Essa pesquisa foi realizada com participação de vários segmentos da sociedade que contribuem para a realização do trabalho.

A oficina contou com a participação de 22,22% dos municípios que compõem o Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiçu sendo que 74% são Homens e 26% são mulheres. A análise foi feita a partir das perguntas realizadas dentro dos objetivos do trabalho e a construção dos relatórios da equipe multidisciplinar da Universidade Federal do Ceará que acompanhou a execução do trabalho.

Os resultados foram conduzidos a partir de entrevistas com cinco segmentos:

- a) Agricultores;
- b) Entidades Locais;
- c) O papel da assistência técnica;
- d) Relações entre as esferas;

e) O papel do Território da Cidadania para o PAA.

Com a análise dos resultados obtidos *in loco* foi possível identificar diversos pontos positivos e negativos do programa dentro dos municípios que compõem o Território objeto da presente pesquisa.

Dentre os pontos positivos, podemos perceber que os agricultores passaram a ter a garantia da venda dos seus produtos, ou seja, a compra dos alimentos é feita pelo governo estadual para distribuir entre as entidades cadastradas no programa. Com a garantia da venda de seus produtos, os agricultores passaram a ter um incremento de R\$4.500,00, anualmente, com a venda desses produtos. Valor este fixado pelo programa na modalidade Compra Direta Local da Agricultura Familiar. Esse aumento na renda tem um impacto direto no aumento da qualidade de vida e da autoestima dos agricultores que passaram ter maior perspectiva de ganhos no futuro. Portanto, como apontado pelos agricultores, o PAA é positivo para o desenvolvimento do município. O aumento da renda proporcionou a fixação do homem no campo, assim diminuindo o êxodo rural.

Um segundo aspecto citado foi a diminuição dos atravessadores, já que o governo estadual garante a compra dos alimentos dos agricultores cadastrados no programa.

O agricultor familiar aprendeu noções de higiene e cuidados na produção, assim como aprendeu a utilizar uma conta bancária. O fortalecimento da agricultura familiar e a valorização dos seus produtos é um ponto bastante positivo do PAA.

Outro aspecto comentado foi o aumento da diversidade de produtos com a introdução de novas culturas, tais como: banana, abacaxi, pimentão, mamão, maracujá e batata doce. Os agricultores passaram a realizar atividades, tais como: apicultura, fruticultura, produção em “mandalas<sup>4</sup>” e quintais produtivos<sup>5</sup>. Em General Sampaio, foram encontrados pequenas irrigações para o cultivo do mamão.

Com relação aos pontos negativos apontados pelos agricultores, não existe um seguro por parte do PAA, caso ocorra uma perda da produção. No início, os agricultores tiveram receio para entrar no programa, ocasionando uma baixa produção entregue as entidades em 2009. A partir de 2010, o quadro melhorou, significativamente, com o aumento no número de agricultores.

---

<sup>4</sup> O termo “mandala” vem do sânscrito e significa "sagrado" ou "círculo mágico". Trata-se de um jardim de círculos concêntricos que respeitam a agricultura ecológica. "Um dos seus princípios é: copie o desenho da natureza. Como nela tudo é arredondado, os canteiros retos foram reformulados".

<sup>5</sup> Os quintais produtivos são sistemas agroflorestais destinados a colaborar com a segurança alimentar, renda, saúde e outras necessidades básicas, de pequenos agricultores e suas famílias, em várias partes do mundo.

Os preços praticados em alguns produtos são um incentivo a saída dos agricultores do programa, ou seja, o preço fixado pelo CONAB é abaixo do preço de mercado, assim não ocorre o incentivo para o agricultor fornecer determinados alimentos para o programa. (ANEXO E).

Apesar de o governo do estado pagar 30% a mais na produção de alimentos orgânicos, nenhum agricultor no PAA produziu durante a vigência do programa. Esses agricultores produzem de forma tradicional utilizando as queimadas e o desmatamento.

Está ocorrendo uma migração da mão-de-obra para a construção civil, em consequência está havendo uma redução dos trabalhadores no campo.

Falta treinamento para os agricultores no que diz respeito à orientação da produção. Os produtores estão isolados no programa e não existe uma comunicação entre eles para que possa melhorá-lo. Apesar de o programa incentivar a associação, ela ainda não está ocorrendo.

Os agricultores têm dificuldade na abertura da conta bancária porque o Banco do Brasil dificulta a abertura, pois o mesmo não recebe nenhuma taxa para movimentar a conta.

Alguns produtos específicos dos municípios não são comercializados no PAA, como é o caso da linguiça de bode produzida em Tejuçuoca. Falta uma boa apresentação dos produtos do programa para mostrar a qualidade e para onde está sendo destinados esses alimentos.

Outro aspecto negativo apontado foi à falta de cursos de capacitação para os jovens e oportunidade de trabalho na sua localidade. (QUADRO 2)

Quadro 2 – Aspectos relacionados com a visão dos agricultores na oficina realizada em General Sampaio

<b>Aspectos Positivos</b>	<b>Aspectos Negativos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Venda garantida dos produtos;</li> <li>- Diminuição dos atravessadores;</li> <li>- Aumento da qualidade de vida e da autoestima;</li> <li>- Aumento da renda;</li> <li>- Positivo para o desenvolvimento;</li> <li>- Aprendeu noções de higiene e cuidados na produção;</li> <li>- Produção diversificada;</li> <li>- Valorização dos produtos da agricultura familiar;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Muitos agricultores têm receio em entrar no programa;</li> <li>- Falta seguro;</li> <li>- Preços de alguns produtos defasados;</li> <li>- Dificuldade em produzir alimentos orgânicos;</li> <li>- Falta mão-de-obra na agricultura;</li> <li>- Falta associação;</li> <li>- Dificuldade na abertura de conta;</li> <li>- Falta uma boa apresentação dos produtos do programa;</li> </ul>

Quadro 2 – Aspectos relacionados com a visão dos agricultores na oficina realizada em General Sampaio (Continuação)

Aspectos Positivos	Aspectos Negativos
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Toda a produção é destinada ao município de origem do agricultor;</li> <li>- Aprendeu a utilizar uma conta bancária;</li> <li>- Fortalecimento da agricultura familiar;</li> <li>- Produção através de pequenas irrigações;</li> <li>- Diminuição do êxodo rural.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta treinamento;</li> <li>- Produtos específicos dos municípios não são contemplados pelo PAA;</li> <li>- Faltam cursos de capacitação para os jovens.</li> </ul>

Fonte: Pesquisa participativa, Nov/2011.

Figura 10: Mandala no Município de General Sampaio



Fonte: Pesquisa Participativa, Nov./2011.

Figura 11: Propriedade de um Agricultor Familiar em General Sampaio



Fonte: Pesquisa Participativa, Nov./2011.

Figura 12: Pequena Granja de Agricultores Familiares em General Sampaio



Fonte: Pesquisa Participativa, Nov./2011.

Figura 13: Plantação de Mamão em General Sampaio



Fonte: Pesquisa Participativa, Nov./2011.

Os pontos positivos apontados com relação as entidades locais são o aumento da assiduidade das crianças nas escolas em consequência do aumento das refeições nas escolas, como em General Sampaio que passou de uma para duas. Assim, ocorrendo uma melhora na saúde das pessoas assistidas As nutricionistas apontaram uma melhora na qualidade dos alimentos e um surgimento de uma educação alimentar mesmo de forma tímida.

As crianças passaram a comer novos alimentos, como é o caso das verduras e do mel em sachê. Elas comem nas escolas e quando chegam à sua casa pedem para os seus pais produzirem os produtos porque gostam.

Com relação aos aspectos negativos, quando falta merenda escolar as crianças deixam de ir às escolas, diminui a frequência e o rendimento escolar. Faltam freezers para armazenar os produtos e conservar os alimentos à temperatura ideal. Como problema a ser resolvido existe um enorme desperdício de peixe por parte das entidades em decorrência da falta de freezers.

Outro aspecto negativo é o transporte dos alimentos entre a central de distribuição até chegar à mesa das pessoas assistidas é falho. O alimento chega ao destino final já estragado, conseqüentemente, impróprio para o consumo. Ainda não existe uma educação alimentar nas escolas. (QUADRO 3)

Quadro 3 – Aspectos relacionados com a visão das entidades na oficina realizada em General Sampaio

Aspectos Positivos	Aspectos Negativos
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento da assiduidade;</li> <li>- Alimentação saudável;</li> <li>- Aumento no número de refeições;</li> <li>- Surgimento de uma educação alimentar;</li> <li>- Melhora na saúde das pessoas assistidas pelo programa;</li> <li>- As crianças influenciam os pais no consumo de alimentos saudáveis.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Na falta de refeição, as pessoas não comparecem nas entidades;</li> <li>- Faltam <i>freezers</i> para armazenar os produtos e conservar os alimentos;</li> <li>- Falta educação alimentar;</li> <li>- Alta carga horária dos cozinheiros;</li> <li>- O peixe é desvalorizado;</li> <li>- Falta logística;</li> <li>- Problemas com a armazenagem dos produtos.</li> </ul>

Fonte: Pesquisa participativa, Nov/2011.

Os pontos positivos relacionados com o serviço da assistência técnica realizada pelos técnicos da EMATERCE, do município e do programa, foram apontados como pontos positivos a maior aproximação dos técnicos com os agricultores através do acompanhamento da produção e das visitas técnicas realizadas semanalmente. Durante a oficina, os técnicos sugeriram a criação de uma feira dos produtos do PAA para tornar o programa mais conhecido no município, e de mostrar a importância da agricultura familiar na sociedade.

Com relação aos pontos negativos, a descontinuidade da assistência técnica e a sua alta rotatividade de técnicos agrícolas prejudicam o programa na qualidade do serviço prestado por esses técnicos que acompanham o PAA. Os técnicos realizam um trabalho multifuncional, como: telefonista, motorista, psicólogo e técnico agrícola; e tem apenas um dia na semana para visitar todos os agricultores do PAA. Portanto, sobrecarregando o trabalho da assistência.

As universidades e os centros de pesquisa estão distantes dos agricultores como apontados. (QUADRO 4).

Quadro 4 – Aspectos relacionados com a visão da assistência técnica na oficina realizada em General Sampaio

<b>Aspectos Positivos</b>	<b>Aspectos Negativos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Maior aproximação com o agricultor;</li> <li>- Existe acompanhamento da produção;</li> <li>- Sugestão na criação de uma feira dos produtos do PAA.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Descontinuidade da assistência técnica;</li> <li>- Técnicos sobrecarregados;</li> <li>- As universidades e os centros de pesquisa estão distante dos agricultores.</li> </ul>

Fonte: Pesquisa participativa, Nov/2011.

No Quadro 5, encontra-se a participação da relação das esferas municipal, estadual e federal quanto às suas ações no PAA. Na oficina não foi comentado nenhum aspecto positivo nessa relação.

Quanto aos aspectos negativos, ocorre a falta de reunião entre os agricultores do município para discutir o programa e melhorá-lo através da consulta e da opinião dos agricultores. Ocorreu uma demora no lançamento do edital do programa. O agricultor passou seis meses sem participar do programa porque o edital não foi lançado pelo MDS.

Quadro 5 – Aspectos relacionados com a visão da relação das esferas na oficina realizada em General Sampaio

<b>Aspectos Positivos</b>	<b>Aspectos Negativos</b>
- Não há aspectos positivos.	- Falta reunião; - Demora nos projetos;

Fonte: Pesquisa Participativa, Nov/2011.

No Quadro 6, quando se observa todo o território estudado, não foi encontrado aspectos positivos.

Com relação aos aspectos negativos, nota-se que os municípios estão isolados no programa, ou seja, não existe uma relação entre eles e o Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu. Cada município produz isoladamente e toda produção é entregue no próprio município, assim não gerando excedente para outras localidades dentro do território.

Portanto, a ideia da formação de um território com mesma identidade social, econômica e geográfica, não funciona no programa, em outras palavras, não existe territorialidade.

Quadro 6 – Aspectos relacionados com a visão do território na oficina realizada em General Sampaio

<b>Aspectos Positivos</b>	<b>Aspectos Negativos</b>
- Não há aspectos positivos.	- Baixo excedente na produção; - Falta cooperativismo entre os municípios; - Não existe interação entre os municípios.

Fonte: Pesquisa Participativa, Nov/2011.

#### **4.3 Oficina realizada em Itapajé**

A oficina contou com a participação de 22,22% dos municípios que compõem o Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu, sendo que, 28% mulheres e 72% homens. A análise dos dados foram a partir das perguntas realizadas dentro dos objetivos do trabalho e a construção dos relatórios da equipe multidisciplinar da Universidade Federal do Ceará que acompanhou a execução do trabalho.

Com a análise dos resultados obtidos *in loco*, foi possível identificar diversos problemas encontrados e casos exitosos dentro dos municípios que compõem o Território objeto da presente pesquisa.

Os aspectos positivos encontrados foram o aumento na renda dos agricultores familiares cadastrados no programa. Esse aumento de renda gerou um aumento na qualidade de vida e da autoestima desses agricultores. Portanto, sendo positivo para o desenvolvimento do município. Com incremento de R\$ 4.500,00 anual na renda dos agricultores, esse valor gera aumento do comércio na sua localidade.

A estabilidade dos preços é importante para o agricultor permanecer no programa, pois em períodos de baixa ou alta estação o preço é fixado pela tabela da CONAB. (ver ANEXO E)

Com o início do programa, ocorreu uma diversificação da produção, antes produziam milho, feijão e batata doce, agora os agricultores passaram a produzir frutas, verduras e outras culturas, porque passaram a ter a garantia da venda para o programa. Com a garantia da venda dos alimentos, ocorreu uma diminuição no número de atravessadores.

Nos aspectos negativos, apesar de o programa incentivar a produção de alimentos orgânicos e com um preço 30% maior, os agricultores continuam a produzir de forma tradicional e a degradar o meio ambiente. A produção tradicional gera problemas com o IBAMA.

Um segundo aspecto negativo é a criação de um seguro também é um ponto que precisa ser discutido. Caso ocorra uma perda da produção, esses agricultores não têm um seguro para que possa garantir sua sobrevivência. O excedente da produção não pode ser vendido para o programa, o PAA apenas compra o total que foi realizado o acordo.

Outro aspecto negativo está na dificuldade na abertura de contas do Banco do Brasil devido à dificuldade imposta pelo banco a esse agricultor. A abertura da conta não gera nenhuma taxa ao banco. Desejam a criação e o surgimento de agroindústrias para agregar valor aos seus produtos. Falta investimento em infraestrutura, tais como: energia, água, estradas e abatedouros.

Alguns agricultores familiares cadastrados no programa compram produtos de agricultores familiares que não são cadastrados para entregar ao PAA. Os próprios agricultores que participam do programa tentam burlar o programa agindo como atravessador.

Apesar de o preço ser fixado pela CONAB, alguns produtos têm o preço abaixo de mercado, por exemplo: a galinha caipira e o ovo. A tabela de preços é fixada como referência nacional, com isso, gera distorções entre regiões na questão dos preços.

Está ocorrendo migração da mão-de-obra da agricultura para a construção civil. Um dos motivos apontados para isso ocorrer é o preço pago na agricultura ser bastante baixo e faltam cursos de capacitação para os jovens. (QUADRO 7)

Quadro 7 – Aspectos relacionados com a visão dos agricultores na oficina realizada em Itapajé

Aspectos Positivos	Aspectos Negativos
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estabilidade dos preços;</li> <li>- Valorização dos produtos da agricultura familiar;</li> <li>- Produção diversificada;</li> <li>- Aumento da renda;</li> <li>- Aumento da qualidade de vida e da autoestima;</li> <li>- Positivo para o desenvolvimento;</li> <li>- Aumento do comércio;</li> <li>- Diminuição dos atravessadores;</li> <li>- Diminuição do êxodo rural;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de seguro;</li> <li>- Problemas na abertura de conta;</li> <li>- Falta de investimento em infraestrutura;</li> <li>- O excedente da produção o agricultor não pode vender para o PAA.</li> <li>- Problemas com o IBAMA;</li> <li>- Dificuldade em produzir alimentos orgânicos;</li> <li>- Produtos específicos do município não são contemplados no PAA;</li> <li>- Faltam subsídios para o agricultor permanecer no campo;</li> <li>- Preços de alguns produtos estão defasados;</li> <li>- Desejam que o preço cobrado seja com referência estadual e não nacional como é praticado;</li> <li>- Desejam o surgimento e a criação de agroindústrias para agregar valor aos seus produtos;</li> <li>- Muitos agricultores têm receio em entrar no programa;</li> <li>- Produtores tentam burlar o programa;</li> <li>- Faltam cursos de capacitação para os jovens;</li> <li>- Falta mão-de-obra na agricultura.</li> </ul>

Fonte: Pesquisa Participativa, Nov/2011.

No Quadro 8, apenas um ponto positivo foi abordado pelas entidades. A alimentação fornecida para as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional recebem uma alimentação saudável do PAA dentro das entidades cadastradas. Existe um acompanhamento das nutricionistas com as pessoas de insegurança alimentar, principalmente, nas crianças entre 7 e 14 anos que correspondeu a 41% dos assistidos e acompanhados do território. A qualidade da merenda escolar também foi apontada devido a introdução de alimentos naturais e diminuição dos alimentos industrializados.

Já os pontos negativos, o peixe é bastante desvalorizado devido ao difícil preparo e a dificuldade das cozinheiras de prepará-los. Apesar de existir acompanhamento nutricional, ainda bastante reduzido o número de nutricionistas. Faltam freezers e condições adequadas para armazenar os produtos de forma correta. O transporte dos alimentos é demorado prejudicando a qualidade dos alimentos.

Quadro 8 – Aspectos relacionados com a visão das entidades na oficina realizada em Itapajé

Aspectos Positivos	Aspectos Negativos
- Alimentação saudável;	- O Peixe é desvalorizado - Número reduzido de nutricionistas; - Faltam <i>freezers</i> para armazenar os produtos e conservar os alimentos; - Problemas com a armazenagem dos produtos; - Falta logística.

Fonte: Pesquisa Participativa, Nov/2011.

No Quadro 9, é destacado a participação do serviço da assistência técnica. Nessa oficina, os técnicos foram bastante participativos, contou com a participação de 39% das pessoas presentes no local. Com relação aos pontos positivos apontados pela assistência técnica, eles sugeriram a criação de uma feira para apresentar os produtos do PAA e, conseqüentemente, mostrar a qualidade dos produtos e ampliar o programa para outros municípios. O PAA funcionando de forma correta é bom para o desenvolvimento rural como apontado pelos técnicos.

Os pontos negativos abordados foram com relação à sobrecarga dos técnicos e sua multifuncionalidade dentro do programa. Devido à alta rotatividade dos técnicos, o agricultor

perde a confiança na qualidade da assistência técnica. Com o número reduzido de técnicos, os mesmos têm apenas um dia na semana para visitar todos os agricultores cadastrados no PAA.

O pouco conhecimento dos técnicos no PAA gera muitos problemas para o funcionamento do programa. O cruzamento de informações entre as EMATERCES sobre o PAA torna falho o andamento do programa.

Quadro 9 – Aspectos relacionados com a visão da assistência técnica na oficina realizada em Itapajé

<b>Aspectos Positivos</b>	<b>Aspectos Negativos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sugestão na criação de uma feira dos produtos do PAA;</li> <li>- Bom para o desenvolvimento rural.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta confiança dos agricultores nos técnicos;</li> <li>- Número reduzido de técnicos;</li> <li>- Pouco conhecimento sobre o PAA;</li> <li>- Descontinuidade da assistência técnica;</li> <li>- Fiscalização inadequada;</li> <li>- Não existe cruzamento de informações entre as EMATERCE;</li> <li>- Técnicos sobrecarregados.</li> </ul>

Fonte: Pesquisa Participativa, Nov/2011.

No Quadro 10, não foi apontado nenhum aspecto positivo na relação das esferas quanto às ações do PAA. Já os pontos negativos apontados, o número pequeno da equipe do PAA no Ceará, ou seja, apenas 4 pessoas a nível estadual para trabalhar em 49 municípios. O BNB e o Agropólos estão muito distantes dos agricultores do programa. Com relação a infraestrutura, não existe abatedouro e falta vigilância sanitária nos produtos de origem animal.

Em 2011, ocorreu demora nos projetos e os agricultores familiares ficaram por seis meses sem participar do programa. A participação da prefeitura é fundamental para o funcionamento do programa. No caso dessa oficina, a prefeitura vem desempenhando um papel fraco no acompanhamento e na orientação aos agricultores. A alta burocracia atrapalha o cadastramento de novos agricultores.

Quadro 10 – Aspectos relacionados com a relação das esferas na oficina realizada em Itapajé

Aspectos Positivos	Aspectos Negativos
- Não há aspectos positivos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Equipe pequena;</li> <li>- Falta vigilância sanitária e problemas com produtos de origem animal;</li> <li>- BNB e agropólos muito distantes;</li> <li>- Faltam políticas públicas;</li> <li>- Quebra de acordos;</li> <li>- Não existe abatedouro;</li> <li>- Falta infraestrutura;</li> <li>- Alta burocracia;</li> <li>- Críticas à prefeitura;</li> <li>- Demora nos projetos.</li> </ul>

Fonte: Pesquisa Participativa, Nov/2011.

Como observado no Quadro 11, não há aspectos positivos no Território. A falta de interação entre os municípios que compõem o território foi apontada como aspecto negativo.

Quadro 11 – Aspectos relacionados com a visão do território na oficina realizada em Itapajé

Aspectos positivos	Aspectos Negativos
- Não há aspectos positivos.	- Não existe interação entre os municípios.

Fonte: Pesquisa Participativa, Nov/2011.

#### 4.4 Oficina realizada em Paraipaba

A oficina contou com a participação de 16,66% dos municípios que compõem o Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu. A oficina realizada contou com a presença de 18 pessoas das quais 50% são mulheres e 50% são homens.

No Quadro 12, encontram-se os aspectos positivos e negativos na visão dos agricultores na oficina de Paraipaba. Um dos pontos positivos apontados foi o aumento da renda, ou seja, ocorreu um incremento mensal médio de R\$ 375,00 na renda do agricultor. Esse aumento na renda gerou melhoria na qualidade de vida dessas pessoas. O PAA é uma fonte segura de renda para esses agricultores, pois a venda e o recebimento são garantidos. A estabilidade dos preços, ou seja, em períodos de baixa ou alta estação os preços são fixos.

Na produção, ocorreu uma diversificação, melhorou o aproveitamento das frutas, introdução de novas culturas e maior organização dos agricultores. Ocorreu diminuição no número de atravessadores. O programa está servindo para fortalecer a agricultura familiar nos municípios. O PAA está gerando uma forma primitiva de associativismo.

Com relação aos pontos negativos: o atraso no pagamento aos agricultores, falta investimento em infraestrutura, por exemplo, em Paraipaba, alguns produtores de polpa de frutas compraram um gerador para gerar energia necessária para armazenar seu produto. A compra desse gerador foi necessária devido as constantes falta de energia na localidade.

Um relato pelo presidente do sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais (S. T. T. Rurais), citando o caso um de agricultor que vendeu um boi e o dinheiro investiu na produção de batata para o programa, devido à falta de investimento.

O PAA é melhor para quem trabalha com produto de origem animal, porque o abate do mesmo é realizado as vésperas da entrega na central de distribuição. Os agricultores pedem um seguro caso ocorra perda na produção. Apesar do incentivo dado pelo governo com um preço 30% maior a produção de orgânicos, os agricultores não têm o interesse em produzir esse tipo de alimento.

Falta mão-de-obra na agricultura devido a migração para o Porto do Pécem. A falta de cursos de capacitação para os jovens e a baixa expectativa de conseguir melhores salários causa a migração dessa mão-de-obra.

Como apontada nas outras oficinas, em Paraipaba, ocorreu problemas na abertura na conta do Banco do Brasil. Os preços de alguns produtos estão defasados, por exemplo: a galinha caipira e o ovo, preços abaixo de mercado.

O PAA tem dificuldade para aumentar o número de participantes no programa devido ao receio dos agricultores em participarr. Esse receio parte da falta de confiança nos órgãos públicos. Há necessidade do programa expandir porque boa parte dos recursos que não são utilizados volta para o MDS. (QUADRO 12)

Quadro 12 – Aspectos relacionados com a visão dos agricultores na oficina realizada em Paraipaba

Aspectos positivos	Aspectos Negativos
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento da renda;</li> <li>- Aumento da qualidade dos alimentos;</li> <li>- Fonte segura de renda;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atraso no pagamento aos agricultores;</li> <li>- Falta investimento em infraestrutura;</li> <li>- O PAA é melhor para quem trabalha com</li> </ul>

Quadro 12 – Aspectos relacionados com a visão dos agricultores na oficina realizada em Paraipaba (Continuação)

Aspectos positivos	Aspectos Negativos
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Produção diversificada;</li> <li>- Melhor aproveitamento das frutas;</li> <li>- Permanência do agricultor no campo;</li> <li>- Diminuição dos atravessadores;</li> <li>- Fortalecimento da agricultura familiar;</li> <li>- Fortalecimento do associativismo;</li> <li>- O preço é bom;</li> <li>- Estabilidade dos preços;</li> <li>- Venda garantida dos alimentos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>produto animal;</li> <li>- Agricultores têm medo que o programa não continue;</li> <li>- Dificuldade em produzir alimentos orgânicos;</li> <li>- Produtores tentam burlar o programa;</li> <li>- O programa precisa expandir;</li> <li>- Atraso de pagamento;</li> <li>- Falta seguro;</li> <li>- Preços de alguns produtos defasados;</li> <li>- Falta treinamento;</li> <li>- Problemas na abertura de conta;</li> <li>- Falta mão-de-obra na agricultura;</li> <li>- Faltam cursos de capacitação para os jovens.</li> </ul>

Fonte: Pesquisa Participativa, Nov/2011.

Figura 14: Pontos de Discussão em Paraipaba

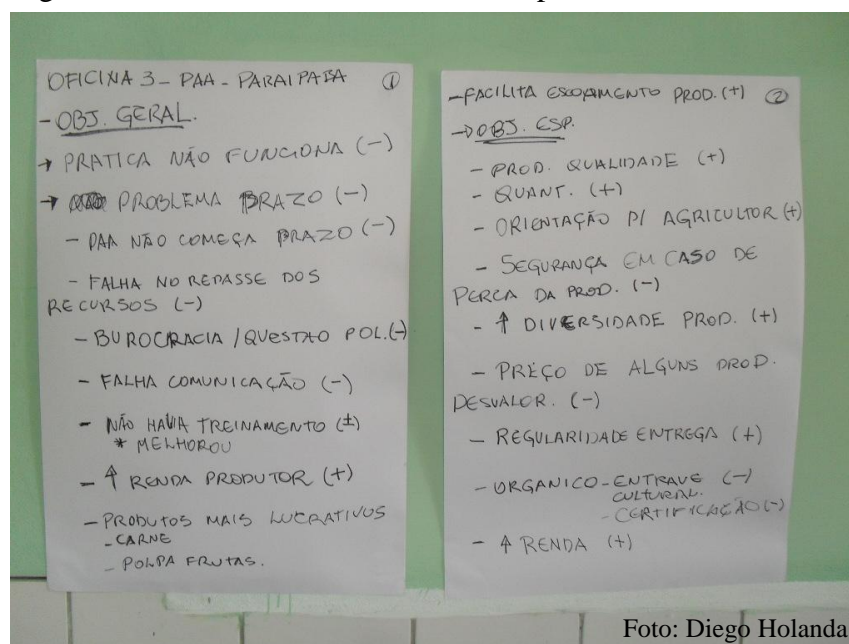


Foto: Diego Holanda

Fonte: Pesquisa Participativa, Nov./2011.

Com relação aos pontos positivos, no Quadro 13, a alimentação saudável com a introdução de legumes, verduras e frutas, tornou o hábito alimentar mais natural. Melhorou a embalagem dos produtos e o manuseamento dos alimentos por parte das cozinheiras.

A falta de logística e os problemas com a armazenagem dos alimentos foram apontados como pontos negativos na visão das entidades. As entidades contam com nutricionistas para preparar os cardápios e acompanhar as pessoas assistidas pelo programa. A melhoria na alimentação escolar é mais visível na zona rural do que na urbana.

Quadro 13 – Aspectos relacionados com a visão das entidades na oficina realizada em Paraipaba

Aspectos positivos	Aspectos Negativos
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alimentação saudável;</li> <li>- Melhorou a embalagem dos produtos;</li> <li>- Melhorou o manuseamento dos alimentos por parte das cozinheiras.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta logística;</li> <li>- Problemas com a armazenagem dos alimentos;</li> <li>- Número reduzido de nutricionistas.</li> </ul>

Fonte: Pesquisa Participativa, Nov/2011.

Figura 15: Refeitório do CRAS em Paraipaba



Fonte: Pesquisa Participativa, Nov./2011.

Conforme o Quadro 14 são apresentados os aspectos positivos e negativos na visão da assistência técnica. Com relação ao primeiro, o serviço da assistência técnica houve um aumento no treinamento dos técnicos e ocorreu uma melhoria dada na orientação dos agricultores.

Com relação aos pontos negativos, não existe uma fiscalização adequada. Foram relatados casos em que o agricultor compra de outro agricultor para repassar ao programa. Assim, obtendo um lucro maior e o próprio agricultor funcionando como atravessador. Os técnicos estão sobrecarregados e fazem um trabalho multifuncional. Existe a alta rotatividade da assistência técnica, os mesmos permanecendo apenas 03 anos no serviço.

Quadro 14 – Aspectos relacionados com a visão da assistência técnica na oficina realizada em Paraipaba

<b>Aspectos Positivos</b>	<b>Aspectos Negativos</b>
- Aumento do na orientação e no treinamento.	- Técnicos sobrecarregados; - Descontinuidade da assistência técnica; - Fiscalização inadequada.

Fonte: Pesquisa Participativa, Nov/2011.

No Quadro 15, a relação entre município, estado e governo federal é importante para o bom funcionamento do programa, desde que essa interação entre eles ocorra com responsabilidade e cumprimento de metas do programa. Nessa oficina não foi identificado nenhum ponto positivo.

A parte burocrática atrapalha o funcionamento como a dificuldade na abertura de conta, comunicação entre as esferas, demora no intervalo dos projetos e no pagamento aos agricultores familiares.

A infraestrutura é bastante defasada, falta energia em algumas localidades, assim não tem como melhorar a produção e o armazenamento dos alimentos. Como relatado por uma agricultora participante do programa, “tive que comprar um gerador para poder armazenar minhas polpas de frutas adequadamente enquanto espero pra vender para o programa”<sup>6</sup>. A falta de água e problemas nas estradas também foram apontados como pontos negativos para o programa. (Quadro 15)

<sup>6</sup> Relato de uma agricultora familiar do município de Paraipaba durante a oficina realizada no dia 11 de novembro de 2011 no mesmo local em que ela mora.

Quadro 15 – Aspectos relacionados com a relação das esferas na oficina realizada em Paraipaba

<b>Aspectos Positivos</b>	<b>Aspectos Negativos</b>
- Não há aspectos positivos.	- Alta burocracia; - Demora nos projetos; - Falta infraestrutura; - Falta comunicação.

Fonte: Pesquisa Participativa, Nov/2011.

O território é importante para o programa e a ideia de união é favorável para os municípios. Não existem aspectos positivos na visão do território. (QUADRO 16)

Com relação aos aspectos negativos, o PAA não tem capacidade no momento de ser intermunicipal devido ao baixo excedente da produção, falta de logística para o transporte dos alimentos e não existe a ideia de um território unificado, pois funciona apenas como área geográfica de estudo. (Quadro 16)

Quadro 16 – Aspectos relacionados com a visão do território na oficina realizada em Paraipaba

<b>Aspectos positivos</b>	<b>Aspectos Negativos</b>
- Não há aspectos positivos.	- Não é intermunicipal; - Baixo excedente na produção; - Não existe interação entre os municípios; - Funciona como área geográfica; - Falta logística.

Fonte: Pesquisa Participativa, Nov/2011.

#### **4.5 Resultado final obtido do conjunto das oficinas**

Nessa parte do capítulo foi feita a agregação do resultado da pesquisa participativa realizada nos municípios de General Sampaio, Itapajé e Paraipaba, entre os dias 08 a 10 de novembro de 2011. Na primeira parte, tentou-se consolidar os dados das respostas no que foi discutido com relação aos objetivos do trabalho. Na segunda parte, mostra o fluxograma e funcionamento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nas suas diversas ramificações.

Ao longo da pesquisa participativa, houve uma participação de 59 pessoas dos mais variados segmentos que compõem o PAA. Aproximadamente, 17% foram compostos por agricultores familiares que estão inseridos no programa, eles são provenientes dos municípios: Apuiarés, Tejuçuoca, São Luís do Curu, Paraipaba e Itapajé, também contou com a participação do presidente da associação dos agricultores de Trairi.

A contribuição dos agricultores juntamente com as outras pessoas inseridas no trabalho nos forneceu uma ampla informação a cerca do programa e o seu funcionamento dentro do Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu.

Para o programa, conforme a SDA, os agricultores que podem participar do programa são os agricultores familiares individuais enquadrados no PRONAF, prioritariamente os agricultores enquadrados nos grupos A, A/C e B do PRONAF, inclusive agroextrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, indígenas e pescadores artesanais.

No caso de produtos manipulados, ou seja, que agreguem certo valor, somente serão adquiridos aqueles produzidos com, no mínimo, 70% de ingredientes provenientes do agricultor familiar.

Como está mostrado no Quadro 17, ocorreu uma interseção, ou seja, um conjunto de informações relevantes, discutidas e apontadas na pesquisa participativa.

A produção dos agricultores é diversificada, eles produzem desde alimentos como a batata, cenoura, acerola e banana, até produtos com valor agregado, como: a polpa de frutas, iogurte e o bolo.

A produção é familiar e tradicional, algumas apresentam pequenas irrigações como é o caso da produtora de polpa de frutas do município de Paraipaba. Também é identificado o plantio em mandalas e quintais produtivos em General Sampaio, como é o caso dos produtores de mamão.

Antes do programa, os agricultores plantavam, basicamente, culturas tradicionais, destacamos: feijão, milho e macaxeira. Com a criação do programa e a compra garantida pelo mesmo, os agricultores passaram a inserir novos produtos em sua propriedade, tais como: mamão, pimentão e mel de abelha.

Na modalidade que está sendo estudada “Compra Direta Local da Agricultura Familiar”, permite a compra de alimentos dos agricultores familiares com dispensa de licitação até o limite de R\$ 4.500,00 por família, no prazo da vigência do programa estabelecido pelo edital, ou seja, por Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP).

Como apontando pelos agricultores, ocorreu um aumento na renda para as famílias e um incremento de R\$375,00, em média, por mês a esse agricultor familiar. Antes do programa se lançavam as leis de mercado, ficando a mercê de atravessadores, pagando um preço inferior ao de mercado. Atualmente, os agricultores têm a garantia da venda e a entrega dos alimentos nas centrais de distribuição localizadas na sede do município. Na interseção entre as oficinas 1 e 2, foi destacado a importância positiva do programa para o desenvolvimento do município. Nas oficinas 1 e 3, a permanência do agricultor no campo e o fortalecimento da agricultura familiar. E por último, o preço estável foi identificado nas oficinas 2 e 3.

Quadro 17: Representação dos Pontos Positivos Apontados pelos Agricultores

<b>Pontos Positivos dos Agricultores</b>	<b>Oficina 1</b>	<b>Oficina 2</b>	<b>Oficina 3</b>
Aprenderam noções de higiene e cuidados na produção	X		
Aprendeu a utilizar uma conta bancária	X		
Aumento da renda	X	X	X
Aumento da qualidade de vida e da autoestima	X	X	
Aumento da qualidade dos alimentos			X
Aumento do comércio.		X	
Diminuição do êxodo rural	X	X	
Diminuição dos atravessadores	X	X	X
Estabilidade dos preços		X	X
Fonte segura de renda			X
Fortalecimento do associativismo			X
Fortalecimento da agricultura familiar	X		X
Melhor aproveitamento das frutas			X
O preço é bom			X
Permanência do agricultor no campo			X
Positivo para o desenvolvimento	X	X	
Produção através de pequenas irrigações	X		
Produção diversificada	X	X	X

Quadro 17: Representação dos Pontos Positivos Apontados pelos Agricultores (Continuação)

<b>Pontos Positivos dos Agricultores</b>	<b>Oficina 1</b>	<b>Oficina 2</b>	<b>Oficina 3</b>
Toda produção é destinada ao município de origem do produtor	X		
Valorização dos produtos da agricultura familiar		X	
Venda garantida dos alimentos	X		X

Fonte: Pesquisa Participativa, Nov./2011.

No Quadro 18, temos os pontos relevantes colocados pelos agricultores e os participantes envolvidos na pesquisa participativa. Na interseção entre os três dias de discussão, dois pontos foram apontados de forma predominante.

O primeiro é a falta de seguro, como foi relatado pelo presidente da associação dos agricultores de Trairi, que citou o caso de um agricultor que perdeu toda a sua produção de batata e ficou sem entregar a produção para o programa. Esse agricultor não recebeu nenhum seguro pela perda da plantação, assim assumiu todos os riscos e prejuízos.

Em todas as oficinas, essa foi uma reclamação dos agricultores que desejavam a criação de um seguro para o programa. Outra questão é a abertura da conta no Banco do Brasil.

Com relação as interseções 1 e 2, mostrou a dificuldade dos agricultores familiares produzir alimentos orgânicos. O programa garante 30% a mais no valor da produção, ou seja, o agricultor passará a receber R\$ 5.850,00 por contrato. Esse valor, em média, por mês, passaria a R\$ 487,50. Mesmo com esse incentivo, não existe o interesse em produzir esse tipo de alimento. Os agricultores utilizam técnicas tradicionais, tais como: queimadas e desmatamento. Os mesmos também acham muito custosos o processo de certificação da sua produção

Os agricultores, principalmente os de Tejuçuoca, solicitaram junto ao programa a compra da linguça de Bode, produto tradicional e conhecido no estado do Ceará como específico daquele município. O argumento utilizado pelos técnicos do PAA presentes na oficina, foi que o programa não compra alimentos específicos do municípios para não beneficiar apenas uma localidade.

Na interseção das oficinas 2 e 3, a falta de investimento, preços de alguns produtos inferior ao de mercado (galinha caipira) e a tentativa de burlar o programa por parte de alguns agricultores foram apontados.

Com relação a esse último ponto, foi relatado o caso do agricultor que comprou um produto de um município vizinho e repassou para o PAA por um preço maior, ou seja, o próprio agricultor que fornece alimento para o programa atuou como atravessador.

Na interseção 1 e 3, os agricultores discutiram muito a falta de mão de obra, falta de informação e treinamento sobre o programa.

Quadro 18: Representação dos Pontos Negativos Apontados pelos Agricultores

<b>Pontos Negativos dos Agricultores</b>	<b>Oficina 1</b>	<b>Oficina 2</b>	<b>Oficina 3</b>
Agricultores têm medo que o programa não continue			X
Atraso no pagamento aos agricultores			X
Desejam o surgimento e a criação de agroindústrias para agregar valor a sua produção		X	
Desejam que o preço praticado seja de referência estadual e não nacional		X	
Dificuldade em produzir alimentos orgânicos	X	X	X
Dificuldade na abertura de conta bancária	X	X	X
Falta associação	X		
Falta investimento em infraestrutura		X	X
Falta mão-de-obra na agricultura	X	X	X
Falta seguro	X	X	X
Falta treinamento	X		X
Falta uma boa apresentação dos produtos do programa	X		
Faltam cursos de capacitação para os jovens	X	X	X
Faltam subsídios para o agricultor permanecer no campo		X	
Muitos agricultores têm receio em entrar no programa	X	X	
O excedente da produção o agricultor não pode vender para o PAA		X	
O PAA é melhor para quem trabalha com produto animal			X
O programa precisa expandir			X
Preços de alguns produtos estão defasados	X	X	X

Quadro 18: Representação dos Pontos Negativos Apontados pelos Agricultores (Continuação)

<b>Pontos Negativos dos Agricultores</b>	<b>Oficina 1</b>	<b>Oficina 2</b>	<b>Oficina 3</b>
Problemas com o IBAMA		X	
Produtores tentam burlar o programa		X	X
Produtos específicos dos municípios não são contemplados pelo PAA	X		X

Fonte: Pesquisa Participativa, Nov./2011.

Os beneficiados do programa são as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional atendida por programas sociais, instituições governamentais ou não governamentais que forneçam refeições de forma gratuita e continuada. As entidades participantes beneficiárias são os hospitais, escolas, asilos, casas de apoio, centro de assistência social, dentre outros. (ver ANEXO F da lista das entidades).

No território estudado, em 2010, 91 entidades foram beneficiadas pelo programa, esse número corresponde a 36% do total das entidades em todo o estado.

As entidades têm um papel fundamental no desenvolvimento do programa. Nas oficinas realizadas, participaram escolas e hospitais do município de General Sampaio; e representantes da Secretária da Assistência Social dos municípios de Paraipaba e Trairi. No total, aproximadamente, 10% das pessoas que participaram da pesquisa participativa representam as entidades.

Após a entrega dos alimentos por parte dos agricultores nas centrais de distribuição, o repasse desses alimentos para as entidades assistidas fica a cargo da prefeitura. Com isso, foi apontada na oficina a falta de logística no repasse desses alimentos. Com a demora na busca pela produção, os alimentos entram em processo de vencimento, ou seja, alguns se tornam inadequados para o consumo, como é o caso dos bolos e da tapioca. (QUADRO 19 e 20)

Quadro 19: Representação dos Pontos Positivos Apontados pelas Entidades

<b>Pontos Positivos das Entidades</b>	<b>Oficina 1</b>	<b>Oficina 2</b>	<b>Oficina 3</b>
Alimentação saudável	X	X	X
As crianças influenciam os pais no consumo de alimentos saudáveis	X		

Quadro 19: Representação dos Pontos Positivos Apontados pelas Entidades (Continuação)

<b>Pontos Positivos das Entidades</b>	<b>Oficina 1</b>	<b>Oficina 2</b>	<b>Oficina 3</b>
Aumento da assiduidade	X		
Aumento no número de refeições	X		
Melhora na saúde das pessoas assistidas pelo programa	X		
Melhorou a embalagem dos produtos			X
Melhorou o manuseamento dos alimentos por parte das cozinheiras			X
Surgimento de uma educação alimentar	X		

Fonte: Pesquisa Participativa, Nov./2011.

Quadro 20: Representação dos Pontos Negativos Apontados pelas Entidades

<b>Pontos Negativos das Entidades</b>	<b>Oficina 1</b>	<b>Oficina 2</b>	<b>Oficina 3</b>
Alta carga horária das cozinheiras	X		
Falta educação alimentar	X		
Falta logística	X	X	X
Faltam freezers para armazenar os produtos e conservar os alimentos	X	X	
Na falta de refeição as pessoas não comparecem as entidades	X		
Número reduzido de nutricionistas		X	X
Peixe é desvalorizado	X	X	
Problemas com a armazenagem dos alimentos	X	X	X

Fonte: Pesquisa Participativa, Nov./2011.

A assistência técnica fez-se presente de maneira significativa durante a pesquisa participativa, aproximadamente, 27% foram formados por técnicos do PAA provenientes da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) com sede em Fortaleza e por técnicos da EMATERCE vindo dos municípios de Apuiarés, São Luís do Curu, Tejuçuoca, Irauçuba, Itapajé, Itapipoca e São Gonçalo do Amarante.

A função do técnico agrícola é orientar e acompanhar os produtores rurais na utilização das tecnologias adequadas e de simples aplicação. No PAA, a função do técnico é

de suma importância para o desenvolvimento do programa. Ele fiscaliza, orienta e acompanha a produção.

A principal reclamação apontada durante os trabalhos foram duas: a primeira se refere aos técnicos sobrecarregados, a assistência técnica dada no PAA são de duas formas a da SDA fornecida pelos técnicos do PAA que visitam, eventualmente, os agricultores realizando oficinas e ministrando cursos e os técnicos da EMATERCE que visitam, semanalmente, nas segundas-feiras ou terças-feiras.

Na visita técnica realizada pela EMATERCE é bastante rápida e prejudica de certa forma a fiscalização e a orientação fornecida aos agricultores familiares que fornecem alimentos ao programa. Por exemplo, em 2011, no município de General Sampaio existem 61 agricultores cadastrados no programa. Realizar uma assistência técnica para todo esse número de agricultores em único dia sobrecarrega os trabalhos e não sendo realizado da forma correta.

Os técnicos, da SDA e da EMATERCE também reclamaram da sua multifuncionalidade no trabalho, que são: técnico agrícola, telefonista, motorista e psicólogo. Não é definida uma função clara e trabalha com quase tudo dentro do município.

Em 2011, quando foi realizada a pesquisa, a SDA contava apenas com 4 técnicos com abrangência em quase 50 municípios. Esses trabalhadores também reclamaram da multifuncionalidade exercida e do desgaste. Problema que prejudica a reunião com agricultores e visitas constantes.

O segundo ponto apontado como negativo é a descontinuidade da assistência técnica. Na EMATERCE, os contratos são realizados a cada 3 anos e é feito um concurso para temporário. Quando termina um contrato do técnico e é realizado um novo concurso, o aprovado, inicialmente, como relatado, encontrará alguns problemas para realizar seu trabalho. Os agricultores familiares nos primeiros contatos com esse técnico não tem confiança e para passar as informações ficam receosos. Assim, deixa de passar informações relevantes sobre a produção destinada ao PAA. (QUADRO 21 e 22)

Quadro 21: Representação dos Pontos Positivos Apontados pela Assistência Técnica

<b>Pontos Positivos da Assistência Técnica</b>	<b>Oficina 1</b>	<b>Oficina 2</b>	<b>Oficina 3</b>
Aumento na orientação e no treinamento			X
Bom para o desenvolvimento rural		X	

Quadro 21: Representação dos Pontos Positivos Apontados pela Assistência Técnica (Continuação)

<b>Pontos Positivos da Assistência Técnica</b>	<b>Oficina 1</b>	<b>Oficina 2</b>	<b>Oficina 3</b>
Existe acompanhamento da produção	X		
Maior aproximação com o agricultor	X		
Sugestão na criação de uma feira dos produtos do PAA	X	X	

Fonte: Pesquisa Participativa, Nov./2011.

Quadro 22: Representação dos Pontos Negativos Apontados pela Assistência Técnica

<b>Pontos Negativos da Assistência Técnica</b>	<b>Oficina 1</b>	<b>Oficina 2</b>	<b>Oficina 3</b>
As universidades e os centros de pesquisa estão distantes dos agricultores	X		
Descontinuidade da assistência técnica	X	X	X
Falta confiança dos agricultores nos técnicos		X	
Fiscalização inadequada		X	X
Não existe o cruzamento de informações entre as EMATERCE		X	
Pouco conhecimento sobre o PAA		X	
Técnicos sobrecarregados	X	X	X

Fonte: Pesquisa Participativa, Nov./2011.

Na relação das esferas, a importância da atuação conjunta dos municípios, governo estadual e federal, tem papel fundamental na construção do programa e seu fortalecimento para melhorá-lo. Na pesquisa participativa, 20% foi composta por representantes das prefeituras e secretarias dos municípios de Apuiarés, General Sampaio, Irauçuba, Itapajé, Trairi, Paraipaba e São Gonçalo do Amarante. Apenas as esferas municipal e estadual compareceram nas oficinas. Não houve representantes da esfera federal.

Na esfera municipal, a prefeitura tem um papel fundamental da execução do programa. Ela precisa fornecer uma central de distribuição com sede no próprio município onde os agricultores entregam seus alimentos, ou seja, precisa construir uma estrutura física e equipá-la com freezer, balança, dentre outros equipamentos que auxiliem e facilitem a entrega desses alimentos. Também a questão logística e o transporte de mercadorias é função da prefeitura.

Nas esferas estadual e federal, elas são as financiadoras e as gestoras do programa. Através das modalidades do PAA, cada esfera tem a sua função. Somente um ponto foi destacado em todas as oficinas que foi a questão da demora nos projetos. Antes de 2012 o programa era feito em 2 etapas anualmente. A partir de 2012 passou a ser por edital e somente uma vez ao ano. No ano de 2011, houve a demora com relação aos prazos do programa e a abertura de uma nova campanha, os agricultores também reclamaram da demora no pagamento. Já a esfera estadual, reclamou do repasse das verbas do MDS e também da quebra de acordos antes afirmados.

Na interseção entre as oficinas 2 e 3, foram destacados a alta burocracia e a falta de infraestrutura. Nesse segundo ponto, como relatado por uma agricultora do município de Paraipaba que precisou comprar um gerador para armazenar sua polpa de fruta porque na localidade em que a mesma vive não constantes faltas de energia elétrica. (QUADRO 23)

Quadro 23: Representação dos Pontos Negativos Apontados na Relação das Esferas

<b>Pontos Negativos da Relação das Esferas</b>	<b>Oficina 1</b>	<b>Oficina 2</b>	<b>Oficina 3</b>
Alta burocracia		X	X
BNB e Agropólos muito distantes		X	
Críticas à prefeitura		X	
Demora nos projetos	X	X	X
Equipe pequena		X	
Falta comunicação			X
Falta infraestrutura		X	X
Falta reunião	X		
Falta vigilância sanitária e problemas com produtos de origem animal		X	
Faltam políticas públicas		X	
Quebra de acordos		X	
Não existe abatedouro		X	

Fonte: Pesquisa Participativa, Nov./2011.

Com relação ao que foi discutido sobre o Programa de Aquisição de alimentos como ferramenta de desenvolvimento para o território estudado. As três pesquisas

participativas realizadas apontaram a falta de interação entre os municípios, ou seja, não existe ainda a ideia da formação de um território.

A produção dos agricultores familiares é de forma isolada, pretende-se fortalecer e melhorar o município isoladamente. Portanto, não configura um território, mais sim uma produção e doação dos alimentos individual.

Na oficina realizada em General Sampaio, algumas entidades pediram mais bananas já que uma grande produtora desse alimento é de um município que compõem o território, Uruburetama. Nesse município existe um excesso desse alimento que poderia ser transferido para outros municípios dentro do território que não tem a capacidade de produzi-lo.

O território acaba funcionando apenas como área geográfica de estudo e não como ferramenta de desenvolvimento e fortalecimento da região.

Na outra interseção, foi destacado o baixo excedente de muitos produtos e a falta de logística no transporte dessas mercadorias. (QUADRO 24)

Quadro 24: Representação dos Pontos Negativos Apontados no Território

<b>Pontos Negativos do Território</b>	<b>Oficina 1</b>	<b>Oficina 2</b>	<b>Oficina 3</b>
Baixo excedente na produção	X		X
Falta cooperativismo entre os municípios	X		
Falta logística			X
Funciona como área geográfica			X
Não existe interação entre os municípios	X	X	X
Não é intermunicipal			X

Fonte: Pesquisa Participativa, Nov./2011.

## 5 CONCLUSÕES E SUGESTÕES

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) funciona como uma das ferramentas do desenvolvimento rural sustentável em 14 dos 18 municípios que compõem o Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu. Os municípios de Itapipoca, Paracuru, Pentecoste e Tururu, no ano de 2011, não participaram do programa na modalidade Compra Direta Local da agricultura Familiar (CDLAF) devido à falta de interesse da prefeitura com relação ao apoio, cadastramento e convocação dos agricultores. Nas oficinas realizadas, constatou-se o aumento da renda dos agricultores familiares com o incremento médio de até R\$ 375,00 ao mês só com o PAA. Apesar do programa pagar um preço pelos alimentos 30% maior, nenhum agricultor do território produziu alimentos orgânicos devido a técnicas tradicionais na forma de produção e dificuldade na certificação desses produtos.

Com relação aos objetivos específicos do PAA, as populações em situação de insegurança alimentar e nutricional estão sendo assistidas pelo programa. Em 2010, aproximadamente, 20 mil pessoas foram beneficiadas com esses alimentos, que foram distribuídos em 91 entidades. Houve uma melhoria no cardápio com a introdução de alimentos mais saudáveis nas entidades, os alimentos estão chegando com quantidade, qualidade e regularidade necessárias.

Apesar de alguns problemas encontrados no programa como a falta de nutricionistas, condições inadequadas no transporte e na conservação dos alimentos, as pessoas beneficiárias gostam das refeições que são preparadas e acabam influenciando o bom hábito alimentar adquirido nas entidades na casa dos pais.

O programa não está contribuindo para a formação de estoques estratégicos devido ao baixo excedente e toda produção é entregue as entidades que se localizam dentro do município. Apesar do programa estimular o agricultor familiar a produzir excedentes.

Os entraves encontrados na produção até a entrega dos alimentos na mesa das pessoas assistidas ocorrem da seguinte forma: na etapa 1, os problemas identificados foram com relação a adesão da prefeitura em cumprir com suas responsabilidades, como é o caso dos equipamentos (freezers) e falta de transportes para levar os alimentos. Outro ponto é a divulgação do programa ser feito pelos técnicos. Também devido ao baixo número de técnicos agrícolas, os agricultores em sua totalidade não sabem da existência do programa.

Na etapa 2, a demora do pagamento, nos projetos e a falta de vigilância sanitárias são apontados como negativos para o funcionamento do programa.

Na etapa 3, as entidades demoram a buscar os alimentos nas centrais de distribuição.

Na etapa 4, os alimentos de consumo imediato chegam na mesa das pessoas impróprios para o consumo, como é o caso do bolo, do suco e da tapioca. O peixe que é desvalorizado chega a se estragar nas entidades porque as cozinheiras não preparam.

O fortalecimento da agricultura familiar é evidente neste estudo, aproximadamente, 293 agricultores familiares estão inseridos no programa em 2011.

Para o funcionamento adequado do programa a união entre o município, estado e governo federal é primordial para o desenvolvimento do PAA. No trabalho, foi identificada a demora nos projetos, demora no pagamento, a falta de infraestrutura e a grande burocracia encontrada para os agricultores.

O PAA no território estudado funciona apenas como área geográfica de estudo. Não existe relação harmônica entre os municípios que compõem o território, ou seja, falta sinergismo devido ao baixo excedente da produção, falta de logística e apoio governamental.

Portanto, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) pode ser apresentado como uma ferramenta de desenvolvimento rural sustentável para os municípios. Para o território, não pode ser apresentado devido a falta de interação entre os municípios. Apesar da contribuição do PAA para os agricultores familiares e da articulação conseguida entre produção e consumo, além da conquista de mercado a melhores preços, o programa acusa fragilidades que precisam ser superadas. O conhecimento exaustivo de tais fragilidades pode ser um instrumental na busca de uma melhoria no desempenho do PAA.

Com base nos resultados, sugere-se ao poder público Municipal, Estadual e Federal um estudo detalhado do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu – CE:

- A criação de infraestrutura adequada, tais como: estradas, energia, armazéns para estoque dos alimentos, abatedouros e água, é necessária para fornecer um maior incentivo aos novos agricultores a participar do programa;
- A criação de programas de capacitação para os jovens para que possam alocar melhor suas potencialidades, assim garantindo a geração de emprego e renda, diminuindo o êxodo rural;
- Treinamento e capacitação dos agricultores para que possam melhorar a sua produção e agregar valor;
- Maior participação dos agricultores nas decisões do programa;

- A criação de uma logística eficiente para que os alimentos possam ser entregues no tempo certo sem gerar perdas;
- Concurso público em nível municipal para técnicos agrícolas e nutricionistas;
- Definição clara do papel de cada órgão público na execução do PAA, o que significa melhor coordenação e comunicação no gerenciamento e execução do PAA.

## 6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Governo Federal. **Portal da cidadania**. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community>>. Acesso em: 10 de abril de 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável: Território Vales do Curu e Aracatiaçu** – MDA/SDT/Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2011.

\_\_\_\_\_. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**/Ministério do desenvolvimento agrário; com o apoio técnico e cooperação do instituto interamericano de cooperação para a agricultura/IICA-Brasília: Conselho nacional de desenvolvimento rural sustentável/Condraf, núcleo de estudos agrários e desenvolvimento rural/NEAD, 2003.

\_\_\_\_\_. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável para o Brasil**. Brasília: MDA/SDT, 2005.

\_\_\_\_\_. Secretária do Desenvolvimento Territorial. **Territórios rurais**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/sdt/programas/territoriosrurais>>. Acesso em 10 de Dezembro de 2011.

CANELAS, André. **A evolução do conceito de desenvolvimento sustentável e suas interações com as políticas econômica, energética e ambiental**. 3º Congresso Brasileiro de Petróleo e Gás. Salvador, Bahia, 2005. Anais.

CORRÊA, Felipe Cyntrão Medeiros. **Programa de Aquisição de Alimentos: uma comparação entre dois estados do Brasil**. 80p. 2008. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

COUTINHO, Elane Maria de Castro. **Reforma Agrária, sustentabilidade e território: há territorialidade no assentamento Grossos no Ceará?** 95p. 2004. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

INSTITUTO AGROPÓLOS DO CEARÁ. **Desenvolvimento rural. O que é desenvolvimento rural**. Disponível em: <<http://www.institutoagropolos.org.br/desenvolvimento-rural/apoio-ao-desenvolvimento-territorial>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2011.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento rural. Territorialização do espaço rural cearense**. Disponível em: <<http://www.institutoagropolos.org.br/desenvolvimento-rural/territorios-rurais>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2011.

JACOBI, Pedro. **Políticas sociais e ampliação da cidadania**. Rio de Janeiro. Editora FGV. [200-?].

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural: conceito e medida**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica** / Eva Maria Lakatos, Marina de Andrade Marconi. – 2. Ed. – São Paulo: Atlas, 1991.

LAMARCHE, Hughes. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução: Angela Maria Naoko Tijiwa. – 2. ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

LEITE, Pedro Sisnando. **Novo enfoque do desenvolvimento econômico e as teorias convencionais**. Fortaleza, Imp. Universitária, 1983.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento harmônico do espaço rural**. Fortaleza, BNB, 240p. ilustr. (Estudos Econômicos e Sociais, 19), 1983.

LEMOS, José de Jesus Sousa. **Mapa da exclusão social no Brasil: radiografia de um país assimetricamente pobre**. Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 3. Ed. – São Paulo: Atlas, 1996.

\_\_\_\_\_. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 7. Ed. – 2. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Estudos Avançados, USP, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. **Desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais**. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/cpda/oppa/>>. Acesso em: março/2012.

\_\_\_\_\_. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para debate**. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/cpda/oppa/>>. Acesso em: março/2012.

\_\_\_\_\_. **Políticas públicas, dinâmica institucional e conflito de interesses: análise do programa nacional de produção e uso de biodiesel**. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/cpda/oppa/>>. Acesso em: março/2012.

PORTELA, Samuel Victor da Silva. **Relação sociedade e proteção ambiental: estudo no entorno da área de proteção ambiental do campo de dunas de Paracuru – CE**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

RODRIGUEZ, José Manuel Mateo. **Educação ambiental e desenvolvimento sustentável: problemática, tendências e desafios**. 2. Ed. Reimpressão. / José Manuel Mateo Rodriguez e Edson Vicente da Silva. – Fortaleza: edições UFC, 2010.

SANDRONI, P. **Dicionário de economia e administração**. São Paulo: Nova cultural, 1996. 185p. (Encarte da Série os economistas).

SANTOS, Milton. **Território:** globalização e fragmentação. 5 ed. Brasil. Hucitec 2006, p.332.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade** / Amartya Sen ; tradução Laura Teixeira Motta ; revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. – São Paulo : Companhia das letras, 2000.

SERPÚLVEDA, Sergio; RODRÍGUEZ, Adrián; ECHEVERRI, Rafael; PORTILLA, Melania. **El enfoque territorial Del desarrollo rural**. San José, C. R.: IICA, agosto, 2003, 180p.

SCHEJTMAN, Alexander; BERDEGUÉ, Julio A. **Desarrollo Territorial Rural**. Documento elaborado para la División América Latina y el Caribe del Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola (FIDA) y el Departamento de Desarrollo Sustentable del Banco Interamericano de Desarrollo (BID). 2004.

SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova cultural, 1997. 215p. (Os economistas).

SOUZA, José Ribamar Furtado de, FURTADO, Eliane Dayse Pontes. **(R) evolução no desenvolvimento rural: território e mediação social: a experiência com quilombolas e indígenas no Maranhão**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para agricultura, 2004. 216p.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Políticas públicas - o papel das políticas públicas. Disponível em: <[http://fit.br/home/link/texto/politicas\\_publicas.pdf](http://fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf)>. Acesso em: maio/2012.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI** / José Eli da Veiga. – Rio de Janeiro : Garamond, 2010.

**ANEXOS**

ANEXO A – Lista das 65 Ações com Atuação de 12 Ministérios em 2010 no Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA

1. Apoio a Projetos de Pesquisa e Transferência de Tecnologia para Inserção Social

Ministério da Educação – MEC

2. Brasil Alfabetizado

3. Escola ativa

4. Programa Dinheiro Direto na Escola

5. Proinfância

6. Proinfo Rural e Urbano

7. Salas de Recursos Multifuncionais

Ministério da Educação – MEC e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

8. Caminho da Escola

Ministério da Fazenda – MF

9. Cresce Nordeste

10. Nordeste Territorial

11. Programa BNB Cultura 2010 – Parceria BNDES

Ministério da Justiça – MJ

12. Apoio a Estudantes Indígenas Fora da Aldeia

13. Fomento as Ações de Acesso e Manutenção dos Benefícios Sociais e Previdenciários

14. Implantação/Implementação dos Territórios Etnoeducacionais

ANEXO A – Lista das 65 Ações com Atuação de 12 Ministérios em 2010 no Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu (Continuação)

Ministério da Saúde – MS

15. Ampliação da Cobertura do Trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde à População dos Territórios da Cidadania
16. Ampliação da Cobertura Vacinal da População dos Territórios da Cidadania
17. Ampliação do Acesso à Saúde Bucal na Atenção Básica
18. Ampliação do Acesso da População aos Medicamentos Essenciais por Meio da Farmácia Popular do Brasil
19. Ampliação do Acesso da População Brasileira à Atenção Básica por meio dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF
20. Ampliação do Acesso da População dos Territórios à Atenção Básica por meio da Estratégia Saúde da Família
21. Ampliação do Acesso da População dos Territórios da Cidadania à Atenção à Saúde Mental por meio da Implantação dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS
22. Ampliação do Acesso da População dos Territórios da Cidadania aos Serviços de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192
23. Ampliação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) – Programa Brasil Sorridente nos municípios dos Territórios da Cidadania que cumpram os critérios para os Centros de Atenção Especializada em Odontologia
24. Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Indígenas
25. Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais e Áreas Especiais – Quilombolas
26. Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos
27. Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 hab exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)
28. Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 hab., exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)

ANEXO A – Lista das 65 Ações com Atuação de 12 Ministérios em 2010 no Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu (Continuação)

Ministério das Cidades - MCID

- 29. FNHIS - Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social
- 30. FNHIS - Habitação de Interesse Social
- 31. FNHIS - Planos Habitacionais de Interesse Social

Ministério das Comunicações - MC

- 32. Operação do Sistema de Acesso Banda Larga

Ministério de Minas e Energia – MME – Eletrobrás

- 33. Programa Luz Para Todos

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA

- 34. Apoio a Empreendimentos Cooperativos e Associativos
- 35. Apoio ao Fortalecimento da Gestão Social nos Territórios
- 36. Articulação para Implantação das Casas Digitais Rurais
- 37. Assistência Técnica e Capacitação de Assentados
- 38. Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para Mulheres Rurais
- 39. ATER/Agricultores Familiares
- 40. Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas
- 41. Crédito Pronaf
- 42. Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento
- 43. Formação de Agentes de Desenvolvimento
- 44. Garantia Safra
- 45. Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional
- 46. Implantação e Recuperação de Infra-estrutura de Projetos de Assentamento
- 47. Infra-estrutura e Serviços nos Territórios Rurais
- 48. Obtenção de Terras para Assentamento de Trabalhadores Rurais

ANEXO A – Lista das 65 Ações com Atuação de 12 Ministérios em 2010 no Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu (Continuação)

- 49. Organização Produtiva das Mulheres Trabalhadoras Rurais
- 50. Programa Arca das Letras
- 51. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA
- 52. Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)
- 53. Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS

- 54. Acesso à Água para a Produção de Alimentos (2ª Água)
- 55. Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência
- 56. Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa Idosa
- 57. Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS
- 58. PAA - Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar
- 59. Programa Bolsa Família - Benefício Bolsa Família
- 60. Programa Bolsa Família - Índice de Gestão Descentralizada
- 61. Programa Cisternas
- 62. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA Leite
- 63. Programa de Atenção Integral à Família
- 64. Serviço Socioeducativo do PETI

Ministério do Meio Ambiente – MMA

- 65. Apoio ao Desenvolvimento do Ecoturismo de Base Comunitária

Fonte: Programa Territórios da Cidadania. 2011.

## ANEXO B – Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

### 1. Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF)

Possibilita a aquisição de alimentos pelo Governo Federal, a preços de referência, de produtores organizados em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais, inserindo os agricultores familiares no mercado de forma mais justa, via compra direta de sua produção, a fim de constituir reserva estratégica de alimentos. É operada pela CONAB com recursos do MDS e MDA. Valor comercializado por agricultor/ano R\$ 8.000,00.

### 2. Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF) ou Compra para Doação Simultânea

Destina-se a promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional de escolas, creches, abrigos, albergues, asilos, hospitais públicos e outros, e dos programas sociais da localidade, tais como bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, resultando no desenvolvimento da economia local, no fortalecimento da agricultura familiar e na geração de trabalho e renda no campo. Esta modalidade também é conhecida por Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF), quando é operacionalizada por governos estaduais e municipais ou, por Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR Doação), operacionalizada pela Conab com recursos do MDS. Valor comercializado por agricultor/ano R\$ 4.500,00.

### 3. Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR – Estoque

Visa adquirir alimentos da safra vigente, próprios para consumo humano, oriundos de agricultores familiares organizados em grupos formais para formação de estoques em suas próprias organizações. É operada pela CONAB com recursos do MDA e MDS. Valor comercializado por agricultor/ano R\$ 8.000,00.

## ANEXO B – Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (Continuação)

### 4. Incentivo à Produção e Consumo de Leite – IPCL

Destina-se a incentivar o consumo e a produção familiar de leite, visando diminuir a vulnerabilidade social, combatendo a fome e a desnutrição, e contribuir para o fortalecimento do setor produtivo familiar, mediante a aquisição e distribuição de leite com garantia de preço. É operada pelos Estados da região Nordeste e Minas Gerais, com recursos do MDS (85%) e dos próprios Estados. Valor comercializado por agricultor/semestre R\$ 4.000,00.

### 5. Aquisição de Alimentos para Atendimento da Alimentação Escolar

Destina-se a promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas das escolas para atendimento da alimentação escolar. É operacionalizada pelas prefeituras com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Valor comercializado por agricultor/ano R\$ 9.000,00\*.

Fonte: Laboratório de Políticas Públicas. Brasil (s/d.a).

(\*)Os recursos por agricultor por modalidade foram reajustados por ocasião do Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010 através do Decreto no 6.959 de setembro de 2009. Até então os valores eram de R\$ 3.500,00 anuais para todas as modalidades, exceto IPCL, cujo este valor era semestral. Outra alteração importante neste Plano Safra concerne ao fato de que as modalidades tornaram-se cumulativas: o agricultor que acessar a modalidade “Formação de Estoques pela Agricultura Familiar” com liquidação financeira pode acessar outra modalidade cujo pagamento é em produto, podendo comercializar até R\$ 16 mil por ano (anteriormente, o limite máximo situava-se em R\$ 3,5 mil/ano ou semestre no caso do IPCL) (Brasil, 2009a).

## ANEXO C – Territórios Rurais do Ceará

1. Serra da Ibiapaba – 8 municípios: Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, São Benedito, Tianguá, Ubajara, Viçosa do Cará.
2. Litoral Leste – 8 municípios: Aracati, Beberibe, Cascavel, Fortim, Icapui, Itaiçaba, Jaguaruana, Pindoretama.
3. Litoral Extremo Oeste – 12 municípios: Acaraú, Barroquinhas, Bela Cruz, Camocim, Chaval, Cruz, Granja, Jijoca de Jeriquaquara, Marco, Martinópolis, Morrinhos, Uruoca.
4. Maciço de Baturité – 13 municípios: Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia, Redenção.
5. Vale do Jaguaribe – 15 municípios: Alto Santo, Ererê, Iracema, Jaguaratama, Jaguaribara, Jaguaribe, Limoeiro do Norte, Pereiro, Palhano, Potiretama, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte.
6. Metropolitano José de Alencar – 12 municípios: Aquiraz, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiuba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba.
7. Sertão Central – 13 municípios: Banabuiu, Choró, Deputado Irapuan Pinheiro, Ibaretama, Ibicuitinga, Milhã, Mombaça, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Quixadá, Quixeramobim, Senador Pompeu, Solonópolis.
8. Sertão Centro Sul e Vale do Salgado – 14 municípios: Acopiara, Baixio, Catarina, Cariús, Cedro, Icó, Iguatu, Ipaumirim, Jucás, Lavras da Mangabeira, Orós, Quixelô, Saboeiro, Umari.

Fonte: Instituto Agropólos do Ceará. 2011.

#### ANEXO D – Territórios da Cidadania no Ceará

1. Cariri - 28 municípios: Abajara, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Aurora, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Campos Sales, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Grangeiro, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteiras, Potengi, Salitre, Santana do Cariri, Várzea Alegre, Tarrafas.
2. Sertões de Inhamuns/Crateús - 20 municípios: Aiuaba, Ararendá, Arneiroz, Catunda, Crateús, Hidrolândia, Independência, Iporanga, Ipu, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Novo Oriente, Parambu, Poranga, Pires Ferreira, Quiterianópolis, Santa Quitéria, Tamboril, Tauá.
3. Sertão Central - 13 municípios: Banabuiu, Choró, Deputado Irapuan Pinheiro, Ibareta, Ibicuitinga, Milhã, Mombaça, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Quixadá, Quixeramobim, Senador Pompeu, Solonópole.
4. Vales do Curu e Aracatiaçu - 18 municípios: Amontada, Apuiarés, General Sampaio, Itapajé, Itapipoca, Itarema, Irauçuba, Miraíma, Paraipaba, Paracuru, Pentecoste, São Gonçalo do Amarante, São Luis do Curu, Tejuçuoca, Trairi, Tururu, Umirim, Uruburetama.
5. Sobral - 17 Municípios: Alcântaras, Cariré, Coreaú, Forquilha, Frecheirinha, Graça, Groaíras, Massapê, Meruoca, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Reriutaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral, Varjota.
6. Sertões de Canindé - 6 municípios: Boa Viagem, Canindé, Caridade, Itatira, Madalena, Paramoti.

Fonte: Instituto Agropólos do Ceará. 2011.

## ANEXO E – Tabela de preços do PAA em 2011




# Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO CEARÁ		
ESTADO DO CEARÁ VIGÊNCIA : 15/12/2011		
PESQUISA DE PREÇOS – ANO 2011		
(EM R\$)		
PRODUTO	UND.	PREÇO CONAB
ABOBRINHA	KG	1,45
ABOBORA CABOCLO	KG	1,25
ABOBORA LEITE	KG	1,10
ALFACE	KG	3,00
ABACATE	KG	1,90
ABACAXI	KG	1,50
ACEROLA	KG	1,65
AMENDOIM	KG	5,50
ARROZ BENEFICIADO TIPO 1	KG	1,65
ARROZ BENEFICIADO TIPO 2	KG	1,50
BANANA CASCA VERDE	KG	0,80
BANANA PACOVAN	KG	0,90
BANANA PRATA	KG	0,90
BATATA DOCE	KG	1,20
BETERRABA	KG	1,50
BISCOITO CASEIRO	KG	6,50
BOLINHA DE PEIXE	KG	8,50
BOLO (DIVERSOS)	KG	6,00
CAJU DE MESA	KG	1,50
CAJÁ	KG	2,20
CAJUÍNA - GARRAFA	LT	2,50
CANJICA DE MILHO	KG	3,00
CARNE DE CAPOTE / GALINHA D'ANGOLA	KG	8,00
CARNE GALINHA CAIPIRA - EVISCERADA	KG	9,00
CARNE GALINHA - EVISCERADA (TIPO GRANJA)	KG	3,50
CARNE BOVINA TRASEIRO S/ OSSO (1ª)	KG	12,00
CARNE BOVINA DIANTEIRO S/ OSSO (2ª)	KG	10,00
CARNE BOVINA DIANTEIRO C/ OSSO (2ª)	KG	7,00

  
 Davi Azim Filho  
 Encarregado SEGE  
 CONAB/CE


  
 Paulo Eduardo S. Oliveira  
 Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico  
 Gerente Interina  
 Mat. SIAPE 01271457-6

  
 Eude Guedes de Andrade  
 Superintendência Regional do Ceará  
 Superintendente Interino

## ANEXO E – Tabela de preços do PAA em 2011 (Continuação)

CARNE OVINA	KG	11,00
CARNE CAPRINA	KG	11,00
CARNE SUINA PERNIL	KG	9,00
CARNE SUINA CARÇAÇA	KG	6,30
CASTANHA DE CAJU ( IN NATURA)	KG	1,35
CASTANHA DE CAJU (AMÊNDOA)	KG	14,00
CEBOLA	KG	1,70
CEBOLINHA	KG	3,50
CENOURA	KG	1,80
CHEIRO VERDE	KG	3,50
CHUCHU	KG	1,10
COCO SECO	KG	1,50
COCO VERDE	KG	0,75
COENTRO	KG	3,50
COUVE-FLOR	KG	2,25
COCADA DE COCO	KG	5,00
DOCES (DIVERSOS)	KG	5,50
FARINHA DE MANDIOCA	KG	1,00
FARINHA DE MILHO	KG	1,45
FEIJÃO	KG	2,60
FEIJÃO DE CORDA (VERDE)	KG	4,00
FUBÁ DE MILHO	KG	1,45
GOIABA	KG	1,90
GRAVIOLA	KG	3,50
GOMA	KG	2,10
IOGURTE NATURAL	LT	2,40
LARANJA	KG	1,20
LIMÃO GALEGO	KG	2,10
LIMÃO TAYTI	KG	1,45
LINGUIÇA DE PEIXE	KG	6,50
MACAXEIRA	KG	1,20
MACAXEIRA RASPADA	KG	1,60
MAMÃO FORMOSA	KG	0,90
MANGA TOMMY	KG	1,30
MANTEIGA DA TERRA	LT	9,00
MARACUJÁ	KG	2,50
MAXIXE	KG	2,85
MELANCIA	KG	0,60
MELÃO	KG	1,50
MEL DE ABELHA (1,4 KG)	LT	6,50
MEL DE ABELHA – SACHÊ	KG	7,50
MEL DE CAJU	KG	6,25
MEL DE CAJU - SACHÊ	KG	7,50
MUCUNZÁ DE MILHO	KG	2,00
MILHO EM ESPIGA (5 UNIDADES)	KG	1,50

  
Davi Azim Filho  
Encarregado SEGE0  
CONAB/CE


  
Paulo Roberto de Oliveira  
Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico  
Gerente Interino  
Mat. SIAPE 01271417-6

  
Evandro Guedes de Andrade  
Superintendência Regional do Ceará  
Superintendente Interino

## ANEXO E – Tabela de preços do PAA em 2011 (Continuação)

NATA – NATURAL	KG	5,00
OVO DE CODORNA C/30	BJ	3,50
OVO CAIPIRA (DÚZIA)	DZ	4,20
PAMONHA	KG	2,00
PÃO DE QUEIJO (1KG)	KG	6,50
PEIXE TILÁPIA EVICERADO	KG	4,80
PEIXE TILÁPIA FILETADO	KG	13,00
PEIXE EVICERADOS (DIVERSOS)	KG	3,20
PEPINO	KG	1,00
PIMENTÃO	KG	2,35
PIMENTA	KG	2,70
POLPA DE FRUTAS DIVERSOS	KG	4,50
QUEIJO DE COALHO	KG	10,00
QUIABO	KG	2,00
RAPADURA DE CANA DE AÇUCAR	KG	1,80
RAPADURA DE CAJU	KG	3,00
REPOLHO	KG	1,30
RÚCULA	KG	4,00
SAPOTI	KG	3,00
SIRIGUELA	KG	2,00
TAPIOCA DE FÉCULA DE MANDIOCA	KG	4,00
TANGERINA	KG	1,60
TOMATE	KG	1,80
UVA	KG	4,00
VAGEM	KG	2,50
FONTE: CONAB/SUREG/CE-GEDES/SEGEO		

  
Davi Azim Filho  
Encarregado SEGEO  
COMARIFE

  
Paulo Eduardo S. Unveiro  
Gestão de Desenvolvimento e Suporte Estratégico  
Gerente Interino  
Mat. SIAPE 01271417-6

  
Eloy Guedes de Andrade  
Secretaria Regional do Ceab  
Superintendência Interino

## ANEXO F – Relatório de execução das entidades em 2010

<b>Municípios</b>	<b>Entidades</b>	<b>Número de Pessoas Beneficiadas</b>	<b>Lista de Produtos Recebidos</b>
Amontada	PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – PET	80	Tapioca de fécula de mandioca, cocaca, acerola, cheiro verde, farinha, ovo caipira e bolo
Amontada	CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL – ESPECIALIZADA CRAS	285	Tapioca de fécula de mandioca, cocada, acerola, cheiro verde, farinha, ovo caipira e bolo
Amontada	CENTRO DE REFERÊNCIA ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROJOVEM ADOLESCENTE CRAS	285	Tapioca de fécula de mandioca, cocada, acerola, cheiro verde, farinha, ovo caipira e bolo
Amontada	GRUPO DE IDOSOS – TERCEIRA IDADE CIDADADA	62	Tapioca de fécula de mandioca, cocada, acerola, cheiro verde, farinha, ovo caipira e bolo
Amontada	CAPS – CENTRO DE ATENÇÃO PSCOSOCIAL	175	Tapioca de fécula de mandioca, bolo acerola, cheiro verde, farinha, ovo caipira e cocada
Amontada	HOSPITAL E MATERNIDADE DR. ROGOBERTO ROMERO DE BARROS	300	Tapioca de fécula de mandioca, bolo, acerola, cheiro verde, farinha, ovo caipira e cocada
Amontada	BRINQUEOTECA	100	Tapioca de fécula de mandioca, cocada, acerola, cheiro verde, farinha, ovo e bolo
Amontada	APRENDENDO A CRESCER	82	Tapioca de fécula de mandioca, cocada, acerola, cheiro verde, farinha, ovo caipira e bolo

## ANEXO F – Relatório de execução das entidades em 2010 (Continuação)

Apuiarés	CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS	315	Carne bovina de segunda, batata doce, carne caprina, carne suína, cocada, bolo, doce, pimentão, carne ovina, macaxeira, cheiro verde, banana, tomate, polpa de frutas, mel de abelha e abobrinha
Apuiarés	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO ASSISTÊNCIA SOCIAL	90	Batata doce, carne bovina de segunda, carne suína, cocada, doce, carne caprina, carne ovina, macaxeira, mel de abelha, pimentão, tomate, polpa de frutas, abobrinha e banana
Apuiarés	LAR SÃO SEBASTIÃO	6	Batata doce, carne bovina de segunda, cheiro verde, mel de abelha, pimentão, tomate, polpa de frutas e carne suína
Apuiarés	PROJETO SEMENTE VIDA	70	Carne bovina de segunda, cheiro verde, mel de abelha, pimentão, tomate, polpa de frutas, batata doce e carne ovina
Apuiarés	PROJETO CRIANÇA EM AÇÃO	200	Carne bovina de segunda, carne ovina, carne suína, mel de abelha, batata doce e polpa de frutas
Apuiarés	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES AÉCIO DE BORBA	597	Carne bovina de segunda, carne caprina, carne suína, carne ovina, mel de abelha, polpa de frutas, macaxeira e banana
Apuiarés	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES MATILDE BARBOSA	728	Carne bovina de segunda, carne caprina, carne suína, macaxeira, mel de abelha, doce, e bolo
Apuiarés	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES NELLY RIBEIRO LUZ	227	Carne bovina de segunda, carne caprina, carne suína e batata doce

## ANEXO F – Relatório de execução das entidades em 2010 (Continuação)

Apuiarés	GRUPO VOLUNTÁRIO EM AÇÃO	112	Batata doce, carne bovina de segunda, carne suína, carne ovina e macaxeira
Apuiarés	ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA DE APUIARÉS	30	Batata doce, carne bovina de segunda, carne caprina, carne suína, cheiro verde, doce, mel de abelha, polpa de frutas, abobrinha e banana
Apuiarés	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES MIGUEL SOARES GUIMARÃES	195	Carne bovina de segunda, carne ovina, carne suína, tomate, macaxeira e banana
Apuiarés	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRE JOÃO HONÓRIO DE FREITAS	157	Carne bovina de segunda, carne caprina, carne ovina e carne suína
Apuiarés	ASSOCIAÇÃO JOVENS DE APUIARÉS	1000	Carne bovina de segunda, batata doce, carne caprina, polpa de frutas, carne ovina, carne suína, mel de abelha, bolo, macaxeira e banana
General Sampaio	PRÓ JOVEM TRABALHADOR	50	Alface, batata doce, beterraba, cenoura, cheiro verde, galinha caipira, jerimum, macaxeira, mamão, peixe, pimentão e tomate
General Sampaio	E.M.E.F ARILDA LOBO DE MESQUITA	750	Alface, batata doce, beterraba, cenoura, cheiro verde, galinha caipira, jerimum, macaxeira, mamão, peixe, pimentão e tomate
General Sampaio	E.M.E.F JOSÉ BEZERRA FILHO	709	Alface, batata doce, beterraba, cenoura, cheiro verde, galinha caipira, jerimum, macaxeira, mamão, peixe, pimentão e tomate

## ANEXO F – Relatório de execução das entidades em 2010 (Continuação)

General Sampaio	E.M.E.F SANTA LÚCIA	199	Alface, batata doce, beterraba, cenoura, cheiro verde, galinha caipira, jerimum, macaxeira, mamão, peixe, pimentão e tomate
General Sampaio	E.M.E.F. RAMUNDO LESSA DO SANTOS	199	Alface, batata doce, beterraba, cenoura, cheiro verde, galinha caipira, jerimum, macaxeira, mamão, peixe, pimentão e tomate
General Sampaio	E.M.E.L MANOEL JUSTINO MONTEIRO	111	Alface, batata doce, beterraba, cenoura, cheiro verde, galinha caipira, jerimum, macaxeira, mamão, peixe, pimentão e tomate
General Sampaio	CRAS – PETI	153	Alface, batata doce, beterraba, cenoura, cheiro verde, galinha caipira, jerimum, macaxeira, mamão, peixe, pimentão, tomate, doce e mel de abelha
General Sampaio	E.M.E.F MESSIAS DELFINO ALVES	449	Alface, batata doce, beterraba, cenoura, cheiro verde, galinha caipira, jerimum, macaxeira, mamão, peixe, pimentão, tomate, doce e mel de abelha
General Sampaio	HOSPITAL E MATERNIDADE JULIA JORGE	484	Alface, batata doce, beterraba, cenoura, cheiro verde, galinha caipira, jerimum, macaxeira, mamão, peixe, pimentão, tomate, doce e mel de abelha

## ANEXO F – Relatório de execução das entidades em 2010 (Continuação)

General Sampaio	CRAS TERCEIRA IDADE CIDADADA	200	Alface, batata doce, beterraba, cenoura, cheiro verde, galinha caipira, jerimum, macaxeira, mamão, peixe, pimentão, tomate, doce e mel de abelha
General Sampaio	CRAS PRÓ JOVEM ADOLECENTE	90	Alface, batata doce, beterraba, cenoura, cheiro verde, galinha caipira, jerimum, macaxeira, mamão, peixe, pimentão, tomate, doce e mel de abelha
Miraíma	CENTRO COMUNITÁRIO DE CAMPO ALEGRE	50	Carne caprina, mel de abelha, peixe tilápia eviscerada, cheiro verde, alface e abobrinha
Miraíma	ASS. PRO IDOSOS DE BROTAS	35	Carne caprina, mel de abelha, peixe tilápia eviscerada, cheiro verde, alface e abobrinha
Miraíma	CRAS GESTANTES	23	Carne caprina, mel de abelha, peixe tilápia eviscerada, cheiro verde, alface e abobrinha
Miraíma	HOSPITAL DE PEQUENO PORTE DE MIRAÍMA	774	Carne caprina, mel de abelha, peixe tilápia eviscerada, cheiro verde, alface e abobrinha
Miraíma	ASS. DOS PEQUENOS PROD. DE MIRAÍMA	63	Carne caprina, mel de abelha, peixe tilápia eviscerada, cheiro verde, alface e abobrinha
São Luís do Curu	INSTITUTO FARIGLIANO	115	Banana, batata doce, cheiro verde, feijão de corda, galinha caipira, macaxeira, peixe e pimentão

## ANEXO F – Relatório de execução das entidades em 2010 (Continuação)

São Luís do Curu	ASS. CULTURAL MARIA TELES	110	Banana, batata doce, cheiro verde, feijão de corda, galinha caipira, macaxeira, peixe e pimentão
São Luís do Curu	CRAS GRUPO DE IDOSO	91	Banana, batata doce, cheiro verde, feijão de corda, galinha caipira, macaxeira, peixe e pimentão
São Luís do Curu	E.E.B. UBIRATAN DINIZ AGUIAR	131	Banana, batata doce, cheiro verde, feijão de corda, galinha caipira, macaxeira, peixe e pimentão
São Luís do Curu	E.E.B. ANTONIA HONORATO	103	Banana, batata doce, cheiro verde, feijão de corda, galinha caipira, macaxeira, peixe e pimentão
São Luís do Curu	ASS.COM. CUL. EDU. AGR. DO VALE DO CURU	1428	Banana, batata doce, cheiro verde, feijão de corda, galinha caipira, macaxeira, peixe e pimentão
São Luís do Curu	HOSPITAL MUNICIPAL ANTONIO RIBEIRO DA SILVA	103	Banana, batata doce, cheiro verde, feijão de corda, galinha caipira, macaxeira, peixe e pimentão
Irauçuba	ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DOS MORADODES DA FAZ. PACHECO	100	Peixe tilápia, carne ovina, bolo, pão de queijo e carne bovina
Irauçuba	ASSOCIAÇÃO DOS IDOSOS DE IRAUÇUBA	200	Bolo, peixe tilápia, carne ovina e pão de queijo
Irauçuba	ASSOCIAÇÃO DO ASSENTAMENTO SACO VERDE IRAUÇUBA	60	Bolo, peixe tilápia, carne ovina e pão de queijo
Irauçuba	ASS. DE PAIS E MESTRE DE CREI II	200	Bolo, peixe tilápia, carne ovina e pão de queijo

## ANEXO F – Relatório de execução das entidades em 2010 (Continuação)

Irauçuba	ASS. DOS PEQUENOS AGRICULTORES DE MISSI	130	Bolo, peixe tilápia, carne ovina e carne bovina
Irauçuba	ASSEMBLEIA DE DEUS TEMPO CENTRAL	60	Bolo, carne ovina e peixe tilápia
Itapajé	ASSOCIAÇÃO DO BEM DO IDOSO DE PITOMBEIRA	40	Banana pacovan, cheiro verde e cocada
Itapajé	SOCIEDADE DO BEM ESTAR DO MENOR DE ITAPAJÉ-SOBEMI	442	Banana pacoban, tapioca, farinha de mandioca, doce, cenoura, alface, cheiro verde e queijo coalho
Itapajé	ASSOCIAÇÃO VALTER CAVALCANTE SÁ	92	Banana pacovan, cheiro verde e queijo coalho
Itapajé	ESPAÇO LÚDICO RAIMUNDO VIEIRA FILHO	65	Banana pacoban, cheiro verde, macaxeira, bolo, pimentão e queijo coalho
Itapajé	ESPAÇO LÚDICO CRIANÇA ESPERANÇA	22	Banana pacovan, chuchu, cheiro verde e queijo coalho
Itapajé	GRUPO DE CONVIVÊNCIA DA PESSOA IDOSA DO CONJUNTO SÃO FRANCISCO II -	35	Banana pacovan, cheiro verde e queijo coalho
Itapajé	GRUPO DE CONVIVÊNCIA DA TERCEIRA IDADE DE OITIÇICA	30	Banana pacovan, cheiro verde e queijo coalho
Itapajé	PROJETO ABC – SIDINEY DA CUNHA ROCHA	220	Banana pacovan, cheiro verde, beterraba, carne suína, cenoura, cocada, farinha de mandioca, pimentão, macaxeira, doce, alface, queijo coalho e carne ovina
Itapajé	GRUPO DE CONVIVÊNCIA DA PESSOA IDOSA	50	Banana pacovan, cheiro verde e queijo coalho

## ANEXO F – Relatório de execução das entidades em 2010 (Continuação)

Itapajé	ESPAÇO LÚDICO SONHO DE CRIANÇA	52	Banana pacovan, cheiro verde e queijo coalho
Itarema	ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA E ASSISTENCIAL PAULO JUNIOR RIBEIRO – ACAPJR	155	Banana pacovan, batata doce, bolo, carne ovina, farinha de mandioca, galinha caipira, peixe biquara eviscerado, mel de abelha, macaxeira, ovos caipira e cajuína
Itarema	ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE ALMOFALA	108	Banana pacovan, bolo, carne ovina, farinha de mandioca, galinha caipira, peixe biquara eviscerado, mel de abelha, macaxeira, ovos caipira e cajuína
Itarema	FUNDAÇÃO CAZUZA	360	Banana pacovan, batata doce, bolo, carne ovina, farinha de mandioca, peixe biquara eviscerado, mel de abelha, macaxeira, ovos caipira e cajuína
Itarema	HOSPITAL MUNICIPAL NATÉRCIA RIOS	143	Banana pacovan, batata doce, bolo, galinha caipira, peixe biquara eviscerado, mel de abelha e macaxeira
Itarema	CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS	481	Banana pacovan, batata doce, bolo, carne ovina, farinha de mandioca, galinha caipira, peixe biquara eviscerado, mel de abelha, macaxeira e cajuína
Itarema	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CRAS	854	Banana pacovan, batata doce, bolo, carne ovina, farinha de mandioca, galinha caipira, peixe biquara eviscerado, mel de abelha, macaxeira, ovos caipira e cajuína

## ANEXO F – Relatório de execução das entidades em 2010 (Continuação)

Paraipaba	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO LOTEAMENTO E ADJACÊNCIAS	94	Macaxeira, ovos caipira, doce diversos, mamão formosa, polpa de fruta, carne ovina, peixe tilápia e nata
Paraipaba	PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – PETI	130	Macaxeira, ovos caipira, doce diversos, mamão formosa, polpa de fruta, carne ovina, peixe tilápia e nata
Paraipaba	CRAS-IDOSOS	166	Macaxeira, ovos caipira, doce diversos, mamão formosa, polpa de fruta, carne ovina, peixe tilápia e nata
Tejuçuoca	NÚCLEO MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO	145	Carne ovina, carne caprina, carne bovina de segunda, tapioca de fécula de mandioca, queijo coalho, mel de abelha e carne suína
Tejuçuoca	CENTRO INTERESCOLAR DE EDUCAÇÃO	400	Carne ovina, carne caprina, carne bovina de segunda, tapioca de fécula de mandioca, queijo coalho, mel de abelha e carne suína
Tejuçuoca	HOSPITAL HOQUE SILVA MOTA	38	Carne ovina, carne caprina, carne bovina de segunda, tapioca de fécula de mandioca, queijo coalho, mel de abelha e carne suína
Umirim	ESCOLA DE 1º GRAU VICENTE CRAVO DE SOUSA	119	Bolo, cajuína, cheiro verde, pimentão e cocada
Umirim	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE CAXITORÉ	347	Bolo, cajuína, cheiro verde, pimentão, batata doce, mel de abelha e cocada

## ANEXO F – Relatório de execução das entidades em 2010 (Continuação)

Umirim	ESCOLA DE 1º GRAU FRANCISCO DE MOURA	83	Bolo, batata doce, cajuína, cheiro verde, pimentão, galinha caipira, mel de abelha e cocada
Umirim	C.E.I MARIA LEDA PINTO TABOSA	119	Bolo, cajuína, cheiro verde, galinha caipira, pimentão, batata doce, mel de abelha e cocada
Umirim	ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE UMIRIM	144	Cajuína, carne ovina, ovos caipira, peixe pescada eviscerado e carne suína
Umirim	ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL FRANCISCO MAGALHÃES UCHOA	97	Bolo, cajuína, cheiro verde, pimentão, mel de abelha, ovo caipira e cocada
Umirim	CRECHE SACI-PERERÊ	55	Bolo, cajuína, cheiro verde, pimentão, batata doce, galinha caipira, mel de abelha e cocada
Umirim	POLO DE ATENTIMENTO JOSEFA DA MOTA BRITO	400	Bolo, cajuína, cheiro verde, galinha caipira, mel de abelha, pimentão, batata doce, tapioca de fécula de mandioca e cocada
Umirim	E.E.F. RAIMUNDO ALVES DA SILVA	260	Bolo, cheiro verde, cocada e tapioca de fécula
Umirim	CRECHE VOVÓ I. JAIR	8	Bolo, cheiro verde e cocada
Uruburetama	PROJETO PROJovem	25	Alface, banana, bolo diversos, carne bovina 1º, carne bovina 2º, carne ovina, carne suína, cheiro verde, doce diversos, macaxeira e pimenta de cheiro
Uruburetama	PROJETO PETI	106	Alface, banana, bolo diversos, carne bovina 1º, carne bovina 2º, carne ovina, carne suína, cheiro verde, doce diversos, macaxeira e pimenta de cheiro

## ANEXO F – Relatório de execução das entidades em 2010 (Continuação)

Uruburetama	GRUPO DE IDOSOS	220	Alface, banana, bolo diversos, carne bovina 1º, carne bovina 2º, carne ovina, carne suína, cheiro verde, doce diversos, macaxeira e pimenta de cheiro
Uruburetama	ESCOLA JOÃO DE PAULA FILHO	192	Alface, banana pacovan, bolo diversos, carne bovina 1º, carne bovina 2º, carne ovina, carne suína, cheiro verde, doce diversos, macaxeira e pimenta de cheiro
Uruburetama	ESCOLA PAULO FERREIRA DA CUNHA	180	Alface, banana pacovan, bolo diversos, carne bovina 1º, carne bovina 2º, carne ovina, carne suína, cheiro verde, doce diversos, macaxeira e pimenta de cheiro
São Gonçalo do Amarante	ASSOCIAÇÃO DAS FAMÍLIAS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – AFAPETI	125	Ovo caipira, tapioca de fécula de mandioca, bolo e macaxeira
São Gonçalo do Amarante	PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL DO CÁGADO	78	Ovo caipira, bolo e macaxeira
São Gonçalo do Amarante	POLO DE ATENDIMENTO DO PECÉM	230	Ovo caipira, bolo, tapioca de fécula de mandioca e macaxeira
São Gonçalo do Amarante	ASSOCIAÇÃO APRENDENDO BRINCANDO E CRESCENDO – ABC	230	Ovos caipira, bolo, tapioca de fécula de mandioca e macaxeira

Fonte: Secretaria do desenvolvimento Agrário do Ceará. 2011.